



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ZILDEMAR COSME TEIXEIRA DE MELO

**POBREZA NA BAHIA:
PERSPECTIVA DA ABORDAGEM MONETÁRIA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2011**

ZILDEMAR COSME TEIXEIRA DE MELO

**POBREZA NA BAHIA:
PERSPECTIVA DA ABORDAGEM MONETÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção de graduação no curso de Economia

Área de Concentração: Desenvolvimento
Econômico.

Orientador: Fernanda Calasans Costa Lacerda

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2011

M486p Melo. Zildemar Cosme Teixeira de.
Pobreza na Bahia: perspectiva da abordagem
monetária / Zildemar Cosme Teixeira de Melo,
2011.
61f.
Orientador (a): Fernanda Calasans Costa Lacerda.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Itapetinga, 2011.
Referências: f. 58-61.
1. Desigualdade social – Bahia.2. Desenvolvimento
econômico – Bahia. 3. Riqueza – Distribuição – Bahia.
I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
II. T.

CDD: 362.58142

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo, pelo dom da vida, principalmente por ter me ajudado a completar mais uma fase em minha vida com a finalização deste trabalho acadêmico. Aos meus pais imenso carinho, gratidão e respeito, por ser um exemplo de vida, por me motivarem e por estarem ao meu lado em todos os momentos.

A minha irmã com seu jeito singelo e único, que soube me ajudar sempre quando solicitada, meu abraço.

Ao meu amor, único que Deus colocou em minha vida, soube me compreender, e me ajudou muito, que com seu jeito especial se tornou minha eterna namorada, e mulher de minha vida.

A minha Professora Fernanda que muito me ajudou e teve disponibilidade e paciência para me auxiliar a completar este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho analisa a pobreza na perspectiva monetária no estado da Bahia, seus índices, limitações e contribuições para o entendimento desta realidade. A pesquisa foi delineada de forma a mostrar a evolução da pobreza como realidade social, e como esta influencia em indicadores sociais. O que nos leva a concluir que a pobreza vista sob a ótica monetária, teve resultados positivos para a sociedade, pois os indicadores sociais obtiveram melhoras consideráveis dentro da dinâmica socioeconômica do estado.

Palavras-chaves: Pobreza; Bahia; realidade social; Economia.

ABSTRACT

This paper analyzes poverty in monetary perspective on the state of Bahia, its contents, limitations, and contributions to the understanding of this reality, the research was designed in a way that shows the evolution of poverty as a social reality, and how this influences on social indicators. which leads us to conclude that poverty in the view monetary policy, had positive results for society, because social indicators achieved considerable improvements in the socioeconomic dynamics of the state.

Keywords: Poverty; Bahia; social; economic

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População total, urbana, rural, grau de urbanização e taxa de fecundidade, esperança de vida e taxa de mortalidade - Bahia -1980/2008	29
Tabela 02 – População total numero de municípios e participação na população total do Estado, por grupo de municípios - Bahia-2010	30
Tabela 03 – Taxa de analfabetismo, segundo grupos etários - Bahia-1995/ 2008	31
Tabela 04 – Taxa de atendimento no sistema de ensino - Bahia-1996/ 2008.....	32
Tabela 05 – Taxa de fecundidade, esperança de vida, taxa de mortalidade infantil - Bahia-1995/2009	33
Tabela 06 – Causas de morte na população residente - Bahia-1990/2008	34
Tabela 07 – Saneamento básico nos domicílios – Bahia-1995/2008	36
Tabela 08 – Estrutura do Produto Interno Bruto segundo atividades econômicas –Bahia-2007/2009	41
Tabela 09 – Estrutura do setor industrial -Bahia-2002/2008.....	44
Tabela 10 -Mercado de trabalho - Bahia-2004/2009	44
Tabela 11 - Evolução da situação social no Bahia 2001-2009	46
Tabela 12 -Mercado de trabalho - Bahia-2004/2009	51
Tabela 13 - Evolução da situação social no Bahia 2001-2009	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Curva de Lorenz	22
--	----

LISTA DE GRAFICO

Gráfico 01 – Pobreza extrema na Bahia-1995/2009.....	49
Gráfico 02 -Extrema pobreza por idade-Bahia-2004/2009	50
Grafico 03 –Pobreza extrema na Bahia urbana e rural-1995/2009.....	52
Grafico 04 - Incidencia da extrema pobreza-Bahia-2004/2009.....	52
Gráfico 05 – Evolução da pobreza na Bahia-2004/2009	53
Gráfico 06 - Aspectos demográficos -Bahia-2004/2009	55
Gráfico 07 – Composição da renda- Bahia- 2009	57
Gráfico 08 – Desigualdade na distribuição da renda – Bahia-1990/2008	58

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	9
1 CONCEITOS DE POBREZA	11
1.1 POBREZA UNIDIMENSIONAL: A ÓTICA DA RENDA	14
1.2 POBREZA ABSOLUTA X RELATIVA.....	17
1.3 MEDIDAS DE POBREZA	19
1.3.1 Índice H - <i>Poverty Headcount</i>	19
1.3.2 Índice I - <i>Poverty Gap</i>	20
1.3.3 Índice de Sem	20
1.3.4 Índice FGT - Foster, Greer, Thorbecke	21
1.3.5 Índice de Gini.....	22
1.4 LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM MONETÁRIA DA POBREZA	23
2 REALIDADES SOCIOECONÔMICAS NA BAHIA:1990 à 2010	25
2.1 ASPECTOS SOCIAIS.....	29
2.1.1 Demografia	29
2.1.2 Educação	31
2.1.3 Saúde.....	32
2.1.4 Saneamento básico.....	35
2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	36
2.2.1 – Mercado de trabalho-População em idade ativa(PIA) e economicamente ativa(PEA)	43
2.2.2 Agricultura	45
2.2.3 Indústria	46
3 POBREZA NA BAHIA	48
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

A pobreza, como todo problema social, tem diversas explicações para suas causas e formas de minimizá-la. Não se pode negar na contemporaneidade, a importância que este tema vem ganhando tanto nos estudos acadêmicos, quanto sua relevância para a sociedade como um todo.

Para as ciências, principalmente a Econômica, seu estudo tem alcançado grande destaque diante das teorias econômicas recentes, deixando de ser um mero problema para tornar-se objeto de estudo para explicar o funcionamento de toda dinâmica do sistema capitalista na sua atual fase.

A escolha por este tema justifica-se por identificação pessoal com o objeto proposto ao estudo, a realidade da pobreza dentro da dinâmica social econômica e científica. Social por se tratar de um problema que abrange parte significativa da população do Estado da Bahia, e que tem causas e repercussões para a sociedade em conhecer e explorar mais acerca do tema abordado.

Acadêmica, uma vez que é primordial para o desenvolvimento de práticas que possibilitem a extinção de indivíduos em condições de pobreza, bem como um melhor esclarecimento do que vem a ser esta condição.

Científica, pois justifica-se mediante a contribuição desse estudo para o entendimento dos diversos tipos de conceito de pobreza inserida numa realidade sócio econômica, abrindo espaço para um melhor entendimento das várias vertentes do tema abordado. Em outras palavras, a pobreza deixou de ser um ator coadjuvante para ator principal na dinâmica capitalista.

Sendo assim, este trabalho procura retratar a pobreza na sua temática mais clássica e difundida, que é a visão sob a ótica da abordagem monetária do estudo da pobreza, sua importância social e científica.

A teoria monetária da pobreza vê o crescimento econômico como único meio de se minimizar a condição de pobreza, criando para isso parâmetros monetários sobre os quais àqueles que possuem baixa renda são considerados como pobres, não levando em consideração outras variáveis que possam mudar esta realidade, baseando-se apenas no ganho monetário como parâmetro de identificação de quem se encontra na pobreza ou não.

Este estudo de conclusão de curso foi desenvolvido tendo como base metodológica uma pesquisa de revisão bibliográfica de trabalhos sobre o tema, bem como a utilização do

método hipotético-dedutivo, exploratório porque tem como objetivo tornar o problema mais explícito, e quantitativo porque examinam hipóteses de caráter particular.

Tem como objetivo principal analisar a pobreza no Estado da Bahia, sob a ótica da abordagem monetária de estudo da pobreza. Mais especificamente, procura demonstrar como a pobreza foi e é tratada no período recente (2000-2009) e quais os resultados da predominância do pensamento da abordagem monetária da pobreza para a sociedade baiana neste respectivo período.

O problema a ser abordado na presente pesquisa é: o crescimento econômico apresentado pela economia baiana nos últimos anos foi acompanhado de redução da pobreza na Bahia?

Para a hipótese central deste trabalho é que houve redução da pobreza, mas esta teve como principal causa o avanço das políticas sociais, uma vez que crescimento econômico não resultou em melhoria significativa da distribuição de renda no Estado da Bahia.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro, procura enunciar a principal base para o entendimento da abordagem monetária da pobreza, seus principais indicadores, e suas limitações. No segundo capítulo, apresenta-se a realidade socioeconômica do estado baiano de 1995-2009, destacando suas características principais, evoluções. O terceiro e último capítulo trata da pobreza na Bahia, ressaltando-se a forma como ela foi e é tratada, o que favoreceu a concentração de renda.

Por fim, apresentam-se considerações finais a que se chega do estudo da pobreza sob a ótica monetária a partir da análise dos dados.

1 CONCEITOS DE POBREZA

A pobreza é tratada como um problema social com bastante ênfase, porém só ganhou a devida importância dentro das Ciências Sociais há bem pouco tempo, mais especificamente a partir da década de 1990 do século passado, devido à mudança no pensamento econômico.

Nas duas últimas décadas, houve um aumento do interesse por esta temática, o que contribuiu para o surgimento de diversos índices e medidas que objetiva o seu estudo e auxiliam os formuladores de políticas públicas na tomada de decisões que possibilitem melhora na situação daqueles que vivem em tal circunstância.

Como problema social, existe a necessidade de se compreender quais são os elementos que melhor sirvam à definição da pobreza, bem como as suas formas de mensuração e medidas e quais as teorias mais importantes e que tenham maior relevância, principalmente na elaboração de políticas públicas.

É preciso, antes de tudo, entender que a pobreza é um problema que está presente ao longo da história humana. Dentre as diversas teorias que abordam o tema, algumas se tornaram relevantes, como a abordagem monetária da pobreza, a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações.

A abordagem das necessidades se refere às necessidades mínimas nutricionais para sobrevivência. Já a das capacitações, se refere a das condições específicas, como por exemplo, boa educação e saúde para que o indivíduo escolha as melhores maneiras de “sair” desta condição.

A abordagem tratada neste trabalho será a da abordagem monetária, destacando seus pressupostos teóricos, suas medidas, índices e formas de mensuração e também as suas principais limitações.

A escassez de renda é um dos motivos que dificulta a aquisição de uma quantidade mínima de alimentos. Ainda que não possa ser considerada única forma de se estudar a dinâmica da pobreza, ela tem grande relevância por estar intimamente relacionada com os tipos de políticas socioeconômicas adotadas.

Devido a este fato, questiona-se a sociedade está preparada para lidar com essa situação de pobreza e qual a posição do Estado frente a este problema. A depender das medidas tomadas pode-se alterar o *status quo* de toda sociedade.

O que tem acontecido é o mau entendimento acerca das possíveis soluções para a pobreza, somado a maneira como se tem classificado a pobreza como mero problema econômico.

A pobreza, quando analisada na ótica da renda, remete a uma avaliação de quais são os meios que estão disponibilizados para seu efetivo combate.

É claro que tal situação é algo que pode variar de uma sociedade para outra e que diverge entre os períodos a depender do tipo de sistema econômico e de como está organizada a sociedade.

Todos os conceitos, nas visões dos formuladores de políticas têm de ser claros e objetivos para melhor entender a questão e poder definir que tipo de estratégia é mais adequado para enfrentá-la. De acordo com Silva (2009), a temática da pobreza é de suma importância para a sociedade melhor se estruturar.

O bom entendimento do que é a pobreza não pode ser separado da conjuntura socioeconômica em que a sociedade esteja inserida, dando atenção para aspectos históricos, estruturais, físicos e geográficos.

Porém, deve-se deixar claro que não existe um conceito específico e universalmente aceito sobre o que venha a ser a pobreza, e que seja empregado em todas as situações. Como um problema social, ela se refere a uma situação que pode ser alterada e que sofre influência temporal e social, ou seja, passível de múltiplas interpretações.

Medeiros (2001) *apud* SILVA (2009) lembra que o capitalismo é um sistema econômico com características que geram grandes contingentes populacionais “inimpreáveis”, que não usufruem das benesses geradas, o que resultando em bolsões de pobreza, agravados pela forma que se dá o crescimento econômico, o que acarreta em grandes contingentes populacionais que não participam das benesses provenientes dos lucros aferidos das relações capitalistas.

Dentro da dinâmica capitalista, sempre terão indivíduos que não conseguem ser inseridos na sua dinâmica produtiva, quer seja por falta de oportunidade ou por ausência de políticas públicas de cunho social.

Qualquer que seja o motivo, o que se questiona é como reverter esta condição; como o poder público deverá agir no sentido de tornar a sociedade mais igualitária; de que forma pode-se ter um crescimento econômico e estabilidade nos níveis de preço em paralelo com práticas que busquem redução de pobreza humana?

Nesse sentido, dentro da abordagem monetária de estudo da pobreza o crescimento econômico configura-se como uma medida indispensável para combater a pobreza, ou seja, só seria possível redução nos indicadores de pobreza se houver crescimento econômico.

É inquestionável que, independente da abordagem que se faça uso, o crescimento econômico é um dos fatores indispensáveis, porém não o único para redução da pobreza.

Diante de tal situação, perguntam-se: quais os custos de oportunidade que a sociedade está disposta a aceitar para redução da pobreza, ou seja, quais as variáveis econômicas ou sociais que terão que ser trabalhadas para obtenção de tal objetivo. Quem estaria disposto a reduzir vantagens adquiridas para melhoria comunitária, ou até que ponto alguém estaria disposto a reduzir seu consumo para beneficiar outrem?

Aí está uma questão de difícil resposta, mas que depende de que abordagem ou índice se faça uso. Na busca de se entender a pobreza são empregados muitos conceitos, e estes têm seus sentidos alterados de acordo com o objetivo almejado. Por isso é que muitos estudiosos do tema concordam que a depender do objetivo que se pretenda, deve-se usar a teoria que melhor se adapte.

Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. (...) trata-se da questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade (ROCHA, 2006, p. 10).

Os exemplos desta dificuldade podem expor situações dentre as quais a condição de pobreza de um indivíduo na Europa se apresente totalmente diferente da realidade de pobreza vivenciada por um indivíduo na África.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 02).

O fenômeno da pobreza apresenta-se bastante complexo e com características peculiares, cuja eficiência em seu combate dependerá de como esta é tratada. É importante, portanto, a percepção do que venha a ser a pobreza, o perfil e as carências de quem se encontra neste estado. No caso deste trabalho a pobreza é abordada sob a abordagem monetária, em que são identificados como pobres indivíduos cuja renda familiar não lhes permite a satisfação das necessidades mínimas para sobrevivência.

Essa abordagem classifica como pobres aqueles que estão abaixo de um determinado patamar de renda, ou seja, aqueles que possuem ganhos habituais abaixo das linhas de pobreza e miséria calculadas e estabelecidas.

É preciso entender que a condição de pobreza é muitas vezes tratada como um processo que resulta em exclusão social pelo fato de não ter um emprego ou estar fora da

tutela dos programas assistenciais do governo, que lhe garantam uma renda mínima de subsistência.

Segundo Sen (1981, *apud* GLASENAP, MARIN, OTTONELLI, 2010), passar fome é uma característica de alguns indivíduos que não têm o que comer, bem como não possuem meios para sua obtenção. Muitas vezes esta condição é ocasionada pela falta de recursos monetários ou de meios para sua sobrevivência.

Pessoas que vivem nesta condição são muitas vezes classificadas como preguiçosas, vagabundas, indigentes, malandras. Passam a ser membros que a sociedade não tem orgulho, indivíduos a serem excluídos e rejeitados, banidos.

Tal situação alerta para muitas dificuldades enfrentadas por quem se encontra em tal condição de pobreza ou miséria, enfrentando o preconceito e a rejeição social, revelando a necessidade de se buscar soluções e meios eficazes que propicie uma relação mais justa e igual, como remete a Constituição Brasileira de 1988.

Sob o enfoque unidimensional, a pobreza é vista geralmente como privação alimentar devido à falta de renda. Já na perspectiva multidimensional, refere-se às privações em uma série de outras variáveis, a exemplo da educação, saúde, moradia.

A seguir, será explicado a teoria sob a qual este trabalho está constituído, mostrando suas principais características, seus instrumentais teóricos e estatísticos e limitações acerca da teoria monetária da pobreza.

1.1 POBREZA UNIDIMENSIONAL: A ÓTICA DA RENDA

A pobreza, vista sob a ótica da renda, refere-se a situações em que indivíduos vivem com renda per capita inferior a um salário mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas.

Desse modo, a pobreza como insuficiência de renda tem caráter exclusivamente econômico, sendo muitas vezes os meios empregados para suas reduções confundidos com políticas de crescimento econômico (MACHADO, 2006).

A abordagem tradicional da pobreza tem como base para suas medidas questões relacionada com a insuficiência de renda, sendo muito utilizada para comparações de índices entre países e regiões, e por esferas governamentais. Pode-se citar como exemplo destas medidas, o PIB e o PIB per capita (ROCHA, 2006). Por isso é denominada por muitos teóricos como a teoria unidimensional da pobreza, vista apenas sob uma ótica da renda.

Entre os primeiros trabalhos acerca desta temática, Rowntree (1901) citado por Rocha (2006) já buscava a definição de um meio de se identificar quem são as pessoas que sofrem com tal realidade. Na verdade é uma visão que tem como fim último a busca pelo bem-estar da população tendo a renda como referencial socioeconômico, dando possibilidade de se obter sucesso.

Esta relação entre bem-estar da população e crescimento econômico como parâmetro para busca de melhor bem-estar da população é a base para o entendimento do conceito da pobreza monetária. O uso de instrumentais estatísticos possibilita meios de se analisar e chegar a conclusões acerca da condição de pobreza.

Uma das causas de se utilizar o crescimento econômico como fator preponderante seria os benefícios em curto prazo que ele acarreta, mas estes benefícios são passíveis de rápida alteração a depender da conjuntura social e econômica e da estrutura produtiva de um país ou nação.

Na busca do bem-estar, a renda como meio capaz de satisfazer às necessidades básicas mostra-se eficaz, pois possibilita aos indivíduos recursos que permitam a estes sobreviver.

Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. (ROCHA, 2006, p. 12).

De acordo com Barros (2001), a pobreza vista sob a temática monetária é influenciada por dois fatores: a escassez de recursos e a desigualdade de renda. Estes seriam dois determinantes para justificar a pobreza monetária, pois a escassez de recurso mostra se o país tem condições para produzir e conseqüentemente satisfazer as necessidades de sua população.

Já a desigualdade de renda mostra que não basta apenas o crescimento econômico para o combate à pobreza, mas também é preciso que os frutos deste sejam repartidos a todos os membros da sociedade, de forma igualitária.

É importante mostrar o quanto estes dois fatores influenciam na análise monetária da pobreza, tendo significância para o entendimento adequado e para as propostas que possibilitem alteração do quadro social em que tal realidade se faça presente. Sem os recursos necessários não é possível a obtenção de meios que possibilitem sua sobrevivência, bem como

a desigualdade de renda contribui para o agravamento de uma realidade de escassez já existente.

O que ocorre é que um contribui para o surgimento e agravamento do outro, não se levando em conta questões de natureza histórica; a escassez de recursos tem uma relação bem próxima com a desigualdade de renda.

Não é possível eliminar ou reduzir de forma significativa a pobreza sem alterar quadro de desigualdade de renda, assim como a desigualdade de renda é fator de extrema importância em qualquer sociedade e ponto chave para o surgimento de situações de pobreza.

Surge daí a idéia de tentar identificar quem são as pessoas que vivem sob esta condição. Para isso, utiliza-se de linhas de pobreza e de indigência para melhor se estudar quem são as pessoas que sofrem nesta circunstância.

É muito importante a utilização do conceito de linha de indigência e pobreza para que se possam distinguir, de acordo com a renda, quem são aqueles que são considerados como indigentes e como pobres.

Para isso é calculada uma linha de indigência baseada na quantidade mínima de calorias necessárias para a sobrevivência, enquanto a linha de pobreza agrega a esse cálculo o suficiente para a satisfação de certas necessidades. Assim, aqueles que estão abaixo da linha de indigência não teriam recursos suficientes para atender suas necessidades nutricionais e os que estão abaixo da linha de pobreza são considerados pobres, podendo ou não estar na situação de fome a depender da sua distribuição abaixo desta linha (MACHADO, 2006, p 23).

A linha de indigência determina qual seria a renda necessária para obtenção de uma quantidade mínima de alimentos que garantam a subsistência, ou seja, qual a quantidade de recursos monetários necessários para aquisição de alimentos que forneçam ao indivíduo condições de sobrevivência.

A diferença entre pobreza e indigência é uma maneira de identificar quem são aqueles que têm recursos monetários para um mínimo necessário além da alimentação, e aqueles indivíduos que obtêm recursos somente para a alimentação.

(...) pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais. (ROCHA, 2006, p. 13).

Para melhor entendimento do que seja linha de pobreza e indigência, Laderchi (1997) citado por Lacerda (2009) esclarece que é preciso ter a noção de um mínimo de consumo, o

que seria a confecção de uma cesta alimentar de acordo com parâmetros nutricionais e com os preços destes.

A linha da pobreza é considerada como o valor que além da cesta mínima de alimentos necessários à sobrevivência possibilite a aquisição de outros bens e serviços como transportes, vestuário, habitação e demais despesas básicas. O que se percebe é que o consumo torna-se um parâmetro para avaliação da pobreza sob o enfoque da renda.

A utilização das linhas de pobreza e indigência permite comparações temporais, principalmente de um país para outro, até mesmo entre estados de um mesmo país, servindo de referencial para divisão entre os recursos orçamentários.

Um exemplo de definição da linha da pobreza é a utilização do salário mínimo como referência, método utilizado pela rede de laboratórios acadêmicos para o acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio- ODM's.

Outra forma proposta por Rocha (2006) é adoção de valores para estabelecimento de uma cesta alimentar que será parâmetro para linha de pobreza e indigência, dando maior destaque para o consumo na composição destas. A linha da Indigência do Programa das Nações Unidas -PNUD, é no valor de R\$ 37,75, já a linha de Pobreza é no valor de R\$ 75,50.

Não existe uma forma única de definição de linhas de pobreza aceita pelos estudiosos do tema. Por isso a definição da linha de pobreza e indigência vai depender do analista e de quais objetivos traçados.

1.2 POBREZA ABSOLUTA X RELATIVA

A análise dos conceitos de linha de pobreza e indigência permitem uma avaliação por menor de como a pobreza se comporta em termos absolutos e relativos.

Pode-se dizer que a utilização do conceito de pobreza absoluta é mais adequada para países pobres ou em processo de desenvolvimento, ou economicamente atrasados, devido à maior necessidade de sobrevivência.

O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 4)

A pobreza absoluta está estritamente vinculada às questões de sobrevivência física;

portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital.

A temática de se identificar a pobreza em absoluta e relativa é propícia, pois possibilita o entendimento de acordo com a realidade a ser estudada, pois como dito anteriormente, o conceito de pobreza pode ser diferente de acordo com o país, nação ou cidade que se pretende estudar.

A linha absoluta de pobreza se refere a um valor fixo de renda e independe de sua distribuição. Tem a vantagem de permitir comparações entre diferentes períodos de tempo, podendo-se acompanhar a evolução da pobreza, porém tem como desvantagem a dificuldade de calibrá-la em economias com grandes taxas de crescimento. (VINHAIS; SOUZA, 2006, p.5)

Já a abordagem da pobreza relativa é mais adequada nos estudos e análises para países e regiões com melhores indicadores, com melhor nível de desenvolvimento. Serve como meio de orientar os formuladores de políticas econômicas para entender as dificuldades sociais de um país em relação a outros em situação parecida. A percepção da pobreza relativa tem relação direta com desigualdade e distribuição de renda. (CRESPO, GUROVITZ, 2002).

De acordo com Rocha (2006), o conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduo como objetivo social, bem diferente do conceito de pobreza absoluta, por isso a importância de explicação desses conceitos para que se possa entender a pobreza no país ou nação.

Já a linha relativa de pobreza usa o conceito de relação entre certo grupo considerado pobre, comparando-o com o total da população, assim estipula quantidade de indivíduos com renda inferior a um determinado valor correspondente a um percentual da renda média ou mediana, como por exemplo, 30% da renda média (VINHAIS; SOUZA, 2006, p. 6).

Este conceito é mais utilizado, pois identifica a real necessidade de indivíduos que na verdade não têm meios financeiros de serem inseridos na sociedade, sofrendo muitas vezes um processo de exclusão social.

Por isso, há a necessidade dos responsáveis pelas políticas públicas repensarem que tipo de conceito deve ser utilizado para identificar a situação que melhor retrate a pobreza de sua cidade ou país.

Essa reflexão ajuda a descobrir quais as reais privações sofridas pela população pobre, suas necessidades financeiras e como o governo poderá agir diante da verdadeira dimensão da população pobre e quais projetos devem ser priorizados.

A busca do bem-estar da população, com práticas que priorizem o combate à pobreza deve ser tratada como um objetivo também a ser perseguido pelas políticas econômicas e sociais.

1.3 MEDIDAS DE POBREZA

A análise da pobreza com base em índices monetários é possível e oferece respaldo para possíveis projetos e medidas que visem redução nos níveis de pobreza. Fornece aos formuladores de políticas econômicas meios de avaliar como se encontra a pobreza na sociedade e, depois de empregados os programas específicos, verificar os resultados destes programas, pois fornecem informações para um melhor entendimento de como a pobreza está inserida na sociedade, sua evolução e quais as práticas que apresentam melhores resultados.

Conforme exposto por Lacerda (2009), hoje se tem a possibilidade de mensurar a pobreza a partir do avanço da informática e de instrumentais econométricos, porém não se deve esquecer que tratam de análises matemáticas que procuram quantificar uma realidade humana.

Alguns índices já estão consagrados na literatura econômica quando se trata de medir a pobreza, principalmente àqueles com base na renda. São índices da classe FGT (FOSTER, GREER; THORBECKE), o *Poverty Headcount* ou índice H, que mede a proporção de pobres; o *Poverty Gap*, ou índice I(*income gap*) é aquele que revela a insuficiência da renda em relação à linha da pobreza ou indigência.

A utilização destes índices serve como referencial para as políticas públicas de combate à pobreza, os estudos acadêmicos e suas conclusões na análise da pobreza.

1.3.1 Índice H - *Poverty Headcount*

Índice que mede a proporção de pessoas pobres, ou seja, a quantidade de pessoas que têm renda *per capita* domiciliar inferior a um determinado limite de renda que representa a linha de pobreza.

Tem como limitação o fato de ser um indicador que não se altera ao reduzir a renda de uma pessoa que se encontra abaixo da linha de pobreza ou em situação inversa. O índice altera apenas se a variação da renda do indivíduo levá-lo a cruzar a linha de pobreza. Outro fato é a insensibilidade deste índice à distribuição dos níveis de renda entre aqueles considerados como pobres.

O índice pode ser calculado da seguinte forma:

$$H = \frac{q}{n}, \text{ onde } q = \text{número de indivíduos com renda menor do que a linha de pobreza}$$

e $n = \text{total da população do espaço analisado}$.

1.3.2 Índice I - *Poverty Gap*

É uma medida que serve para avaliar a intensidade de pobreza. Sua base de cálculo é por meio de uma fórmula que mede o desvio médio entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza.

$$I = \sum \frac{g_i}{z}$$

Onde g_i é a linha da pobreza menos a renda do indivíduo, z é a renda do indivíduo i , $q = \text{número de indivíduos com renda menor do que a linha de pobreza}$. Muito utilizado para mensuração da insuficiência de renda dos pobres em relação à linha de pobreza.

Deve ser interpretado como um referencial do nível da pobreza, identificando quais devam ser os recursos necessários para poder se elevar o nível de renda de todos os pobres ao nível mínimo da linha de pobreza.

O Poverty Gap mostra-se como um índice mais amplo do que o índice que mede a proporção de pobres, uma vez que ele leva em consideração a intensidade da pobreza.

O uso destes dois primeiros índices é útil na elaboração de políticas públicas associadas ao combate à pobreza. O índice que mede a proporção de pobres (H) atribui maior efetividade às políticas que buscam elevar a renda dos menos pobres (aqueles cuja renda é mais próxima de z). Porém o *gap* de pobreza (I) dá maior ênfase aqueles que estão mais distantes de z , os mais pobres.

1.3.3 Índice de Sen

É uma média composta, formulada com base em outros índices (índice I e H) de mensuração da pobreza, que mostra a proporção, intensidade e a desigualdade da renda em relação aos pobres.

$$P = H \left[1 - (1 - I) \left(1 - G \left(\frac{q}{q + 1} \right) \right) \right]$$

Onde H e I se referem, respectivamente, à proporção de pobres e ao gap da pobreza; G é o índice de Gini entre os pobres e q é o número de pessoas com renda inferior à linha da pobreza.

O índice de Sen leva em consideração tanto a renda média da população pobre- P, como o nível da concentração de renda dos indivíduos situados abaixo da linha da pobreza.

A importância do índice de Sen deve-se ao fato de que através dele tem-se a possibilidade de se calcular o montante de renda necessário para se extinguir a pobreza em uma determinada comunidade, assim como o gap da pobreza, porém não é possível sua decomposição em subgrupos, renda, raça, localização geográfica.

O índice de Sen considera a intensidade na pobreza, pois em seus cálculos estão informações de renda média dos pobres e o grau de concentração da renda entre estes.

1.3.4 Índice FGT - Foster, Greer, Thorbecke

Os índices FGT constituem-se em uma família de índices, que permitem a decomposição em subgrupos como regiões, setores, raça, ou qualquer subgrupo que se pretenda estudar.

$$P_{\alpha}(y; z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{g_i}{z} \right)^{\alpha}$$

N é o número de pessoas pobres; y indica a renda das famílias; g_i é o gap da renda; q o número de famílias pobres, α é uma medida que indica uma aversão à pobreza.

A família de índices FGT também engloba os índices H (quando $\alpha=0$) e I (quando $\alpha=1$). Quando $\alpha=2$, o índice resultante é a medida FGT., pois o α diferente de zero e hum, e um indicativo de diferenciamento a pobreza.

1.3.5 Índice de Gini

Para o bom entendimento do índice de Gini, é necessário que se entenda a curva de Lorenz que é uma representação gráfica por assim dizer, do índice de Gini.

A curva de Lorenz é formada por dois eixos, onde um representa a renda apropriada, no caso o eixo Y, e o outro a proporção acumulada da população, eixo X. É um gráfico que apresenta e avalia a distribuição de renda em uma sociedade, pois admite que seja classificada a distribuição de renda sob ponto de vista de bem-estar.

É representada por uma função AB, que satisfaz à fração recebida pelo p-ésimo da fração inferior da população, quando a população está ordenada por renda de forma crescente.

A linha de extrema desigualdade corresponde aos segmentos AC e CB, e a uma situação na qual todos recebem zero com exceção do mais rico, que recebe o total da renda.

A curva de Lorenz sempre se encontra entre a linha de perfeita igualdade e a de extrema desigualdade. Quando mais próxima ela estiver da linha de perfeita igualdade, mais igualitária é a distribuição de renda.

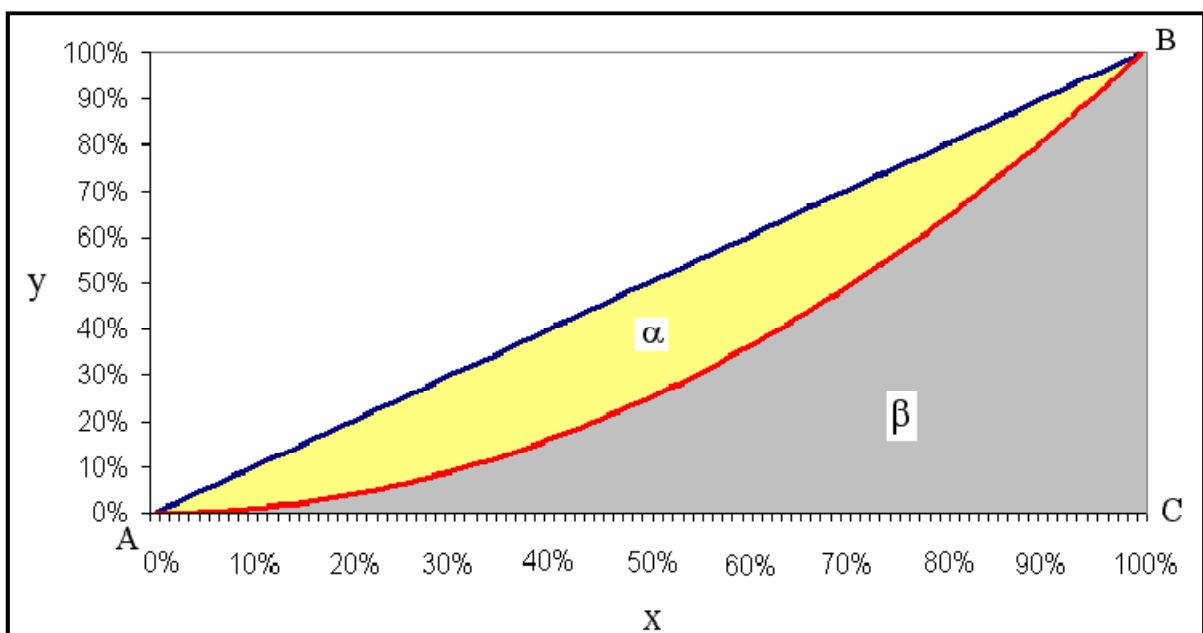


Figura 1: CURVA DE LORENZ

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) /Apud Holanda; Gosson; Nogueira(2010)

A composição do índice de Gini é feita a parti da curva de Lorenz, e é um índice que mede a desigualdade de renda geometricamente, sendo definido pela área α dividida pela soma das áreas α e β .

$$G = \frac{\alpha}{\alpha + \beta}$$

Seu valor varia de 0, (quando não há desigualdade) a 1 (quando o nível de desigualdade é máxima). Zero representa que todos possuem o mesmo nível de renda, enquanto um representa a apropriação da renda por poucos indivíduos.

O índice de Gini é útil para analisar situações de desigualdade e concentração na renda, pois é possível a partir de sua representação distinguir a diferença de rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos.

1.4 LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM MONETÁRIA DA POBREZA

Alguns trabalhos como Rocha (2006), Lacerda (2009) e Comin (2006), relatam sobre as limitações da abordagem monetária da pobreza, destacando que mudanças significativas para redução nos níveis de pobreza não dependerão apenas de mudanças na renda.

A abordagem monetária identifica o crescimento econômico como a variável capaz de interferir no combate à pobreza. Afirmam que o crescimento econômico é um dos componentes para políticas eficazes de combate à pobreza, porém não único.

De acordo com Sen (2000 *apud* Comin *et al*,2006), o crescimento econômico não pode ser confundido como um mecanismo automático de redução da pobreza e das privações.

Para Silva (2009), o problema da pobreza baseada única e exclusivamente no enfoque da mera insuficiência de recursos monetários poderá levar a formulações viesadas dos indicadores e, conseqüentemente, das políticas de combate à pobreza, com base nestes últimos.

Com base nesses argumentos, pode-se entender que quando as políticas públicas que visem o combate a pobreza fundamentam-se apenas no enfoque econômico ou da renda, têm-se conseqüências graves, pois se reduz as possibilidades de outros mecanismos de política pública que possibilitem alternativas de se reduzir o problema da pobreza.

A renda vista de forma isolada, pode também ser inapropriada para o combate e redução da pobreza por não levar em conta em seus conceitos e medidas características que são chaves como expectativa de vida, alfabetização, liberdade, igualdade, saneamento, saúde, longevidade, questões que remetem à busca de melhor qualidade de vida.

Não se deve deixar que o mercado solucione o problema da pobreza ou esperar que apenas o crescimento econômico venha a ser único meio disponível para a busca de uma situação que é tão degradante para o ser humano.

Não é possível que as instituições, como as do livre mercado, venham a ser aquelas que busquem meios de redução desta situação, pois fogem completamente ao fim para o qual foram criadas.

Desse modo, a pobreza quando abordada apenas sob o enfoque da renda pelos formuladores de políticas socioeconômicas, pode negligenciar alguns conceitos e conhecimentos de grande importância que devido a seu caráter social podem ser de grande valia para que se obtenham melhores resultados para minimização da pobreza.

Os responsáveis pelas políticas públicas que se baseiam nesta abordagem vêm a pobreza como uma dificuldade apenas no âmbito mercantil, e conseqüentemente, as possíveis soluções terão como objetivo o aumento da renda, o que muitas vezes pode não ter efeitos esperados de redução da pobreza.

Delgado (2003 *apud* Lacerda, 2009) afirma que a definição de pobreza em patamares mínimos de renda reduz significativamente o escopo de atuação das políticas sociais, ou seja, reduzem-se as possibilidades de projetos e políticas que possibilitem soluções para o problema da pobreza. Não se podem restringir as políticas públicas de cunho social apenas a mecanismo de crescimento da renda, pois tais políticas podem não obter os resultados esperados na esfera social.

Quando se busca solução de uma dificuldade, pode-se na verdade contribuir para o aumento da sua complexidade tanto em termos quantitativos, que seria aumento no número de indivíduos que vivem nesta condição, como da estrutura social, que seria a forma como estes se relacionam. A possibilidade de desenvolvimento socioeconômico sem a devida atenção na busca de redução dos níveis de pobreza é algo difícil de imaginar.

Sem sombra de dúvida a renda é uma variável significativa pra entender e buscar soluções práticas e eficazes no combate a pobreza humana, mas não meio único para este fim.

Pode-se citar, como exemplo, que até pouco tempo, a pobreza na sociedade brasileira era vista apenas como resquício de problema econômico mal planejado, que priorizava o crescimento econômico em detrimento às políticas publicas sociais.

2 REALIDADES SOCIOECONÔMICAS NA BAHIA:1990 à 2010

A atual realidade socioeconômica do Estado da Bahia recebe grande influência da sua história, demonstrando a forma como a sociedade baiana foi constituída. Barros, Mendonça e Henriques (2001) afirmam que o Brasil não é um país pobre, mas extremamente injusto. O mesmo vale para a Bahia. Não se trata de um estado paupérrimo e sem condições produtivas. O que ocorre é que a estrutura social é injusta, com tendências centralizadoras.

O Estado da Bahia sempre almejou resultados econômicos ao longo de sua recente história, sem ter uma contrapartida social e este crescimento foi baseado muitas vezes em práticas que refletiram em uma concentração de renda que piora os níveis de pobreza. Estes verificados para o estado baiano, nas últimas duas décadas do século XX, refletem uma piora nos indicadores de renda, levando a uma estabilidade na pobreza.

O modelo de crescimento econômico empregado na Bahia até a década de 1990 beneficiava a região metropolitana de Salvador, em detrimento do interior e das regiões rurais.

Percebe-se que as alterações nos indicadores sociais não foram às mesmas que os indicadores econômicos, enquanto que houve grande crescimento nos indicadores econômicos, os sociais sofreram pequenas alterações quando comparados com esses.

Muitas das práticas econômicas empregadas tinham como foco políticas baseadas no princípio liberal, ou seja, pregava a mínima presença do Estado na economia, o que resultou para a sociedade baiana numa situação que colaborou para a concentração de renda e elevou o agravamento dos problemas de ordem social.

[...] a Bahia experimentou uma trajetória de implementação das políticas sociais, que tacitamente, sugere a passagem de um modelo em que as preocupações com a matéria social eram reduzidas, restringindo-se a ações pontuais (até meados dos anos 70), a um enfoque setorializado e disperso do papel do Estado no fomento à melhoria das condições de vida dos cidadãos, nos anos 80 e primórdios dos 90 (BAPTISTA, 2003, p. 02)

Um detalhe que chama atenção é o fato de até a década de 90 não existir política pública que tenha como objetivo o combate a problemas como pobreza no estado baiano, algo que reflete o atraso deste estado tanto em práticas econômicas quanto no desenvolvimento social.

Na prática, as atitudes geralmente aceitas quando relacionadas à temática social eram políticas de caráter assistencialista, que a longo prazo não refletiam em melhoria de qualidade de vida de sua população, seja pela falta de objetividade ou falta de opções, situação esta que não

permite ao indivíduo a opção de escolha de que tipo de vida poderia ter.

Não se podem cometer novamente os erros praticados num passado tão recente, correndo o risco de piora nas relações sociais. Os formuladores de políticas econômicas não podem confundir práticas econômicas com sociais.

É preciso que as práticas governamentais acerca da realidade socioeconômica estabeleçam critérios de diferenciação entre os mais diferentes objetivos traçados, ou seja, não é possível que questões voltadas à educação e saúde sejam tratadas da mesma forma que os problemas que envolvem a produção agrícola, pois possuem resultados e objetivos diferentes.

As políticas econômicas são um dos alicerces para a busca de uma sociedade mais justa e igualitária, porém as políticas econômicas em si não têm esses como objetivos principais. Já as políticas sociais têm objetivos mais específicos, pois seu fim último já consiste em mudanças sociais.

Na Bahia, assim como no Brasil, a preocupação pela temática social ganha status de objetivo primário devido à evolução ocorrida no pensamento econômico e social, e às necessidades ocorridas na sociedade.

Com o passar do tempo, ficou evidente que apenas o crescimento econômico não acarretou em melhoras sociais. O que se pretende evidenciar é a urgência que se deve ter em relação a questões como pobreza, saúde, educação, pois durante muitas décadas foram temas deixados à margem das diretrizes governamentais, o que leva a refletir acerca da urgência de buscar resultados mais expressivos.

Porém, o que estava por trás destes movimentos de mudanças de pensamento, certamente, além de refletirem um panorama internacional propício ao deslanche de políticas anti-pobreza (delineada aos poucos em uma estratégia cujos elementos centrais são o desenvolvimento econômico, o fomento à base de capital humano e segurança social para grupos vulneráveis, os *social safety nets*), o desempenho da maioria dos índices existentes na esfera social não foi gratuito, derivando de condicionantes ao nível estadual e federal. (BAPTISTA, 2003, p. 271-272).

Algumas atitudes evidenciam mudanças de tratamento das questões sociais, a exemplo da implantação do SUS - Sistema Único de Saúde, de programas como agentes comunitários de saúde, das questões constitucionais destinando recursos para educação, reforma no sistema de previdência, dentre outros.

O Estado baiano é dependente do Estado federal e muitas de suas atitudes são influenciadas por este. A Bahia só altera sua postura depois que o Brasil propõe mudanças, mesmo com problemas tão eminentes e claros do ponto de vista regional.

Desse modo, a Bahia se ateu à elaboração de programas e projetos específicos para

temática social depois de alterações a nível nacional. Como exemplos de mudança pode-se citar os programas Produzir I e II, Sertão Forte, Pró-Gavião, Bahia Azul, Aja Bahia.

Ao contrário das fases previamente descritas da política social baiana, o concurso de fatores como uma filosofia internacional *pro-poor* (favorável aos pobres), a reestruturação financeira e administrativa do Estado baiano e o inexorável processo de municipalização em saúde e em educação (ao lado de novos programas federais e das vinculações orçamentárias) resultam no desempenho satisfatório dos indicadores sociais e em maior ênfase nas próprias políticas sociais, até a criação da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP; apud BAPTISTA 2003, p. 273).

Dentre os problemas sociais, a pobreza e a desigualdade de renda são consideradas os mais graves que a Bahia têm por enfrentar para os próximos anos.

A mudança de postura nas práticas *pro-poor* só recentemente modificaram a forma como a pobreza era pensada e tratada, não sendo vista apenas como mero problema econômico, mas como uma dificuldade de desenvolvimento social. Esta mudança de pensamento acerca da pobreza se reflete a partir da criação de um fundo de amparo específico, o FUNCEP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza).

Com segurança, a política social firma-se paulatinamente como peça indispensável da engrenagem que movimenta as políticas públicas baianas. Seu papel e lugar foram fixados durante o período 1999-2002, quando se manifestou a intenção de fazer com que o sistema de planejamento estadual incorporasse um novo elemento sinalizador da efetividade das políticas: o Plano Estadual de Combate à Pobreza (PECEP), que deverá nortear as diretivas setoriais associadas direta ou indiretamente à minimização das carências dos pobres. (BAPTISTA, 2003, p. 278).

Percebe-se que a pobreza bem como a desigualdade de renda vem ganhando espaço nas discussões sobre as possíveis alternativas para um desenvolvimento socioeconômico. Por isso que se deve atentar para as políticas que possibilitem mecanismos de combate a pobreza e de que forma estes devam ser adaptados a realidade social do estado baiano de maneira a reduzir os efeitos da concentração de renda para toda sociedade.

Por se tratar de utilização de recursos com objetivo específico, programas de combate a pobreza devem ter em seu escopo metas bem definidas e objetivos próprios.

Para se entender a composição socioeconômica do estado baiano é preciso perceber certas características como: sua cultura, sua história, sua geografia, suas potencialidades sociais e econômicas, sua hidrografia, sua rede ferroviária e rodoviária, características que revelam a composição e o modo de vida de sua população.

A Bahia é o principal Estado da Região Nordeste em termos econômicos, com um

Produto Interno Bruto (PIB) de 128.169 bilhões de Reais no ano de 2010 possuindo um contingente populacional com mais de 14 milhões de habitantes. Detém ainda o principal complexo industrial da região nordeste (SEI, 2010).

O Estado da Bahia é dividido em 15 mesorregiões de acordo com características político - administrativas e 417 municípios. A população do estado da Bahia se distribui de forma bastante desigual ao longo do território, com grande contingente populacional situado nas regiões litorâneas, mais rica e com melhores possibilidades.

O mais recente levantamento censitário realizado pelo IBGE, em 2010, mostra a região metropolitana de Salvador com o maior percentual da população, seguido do Portal do Sertão e do Litoral Sul.

A Bahia é o quinto maior estado da federação com cerca de 564.692,67 k m^2 , o que equivale a cerca de 36,34% do território total do Nordeste, com grande parte deste território localizado na região semi-árida. É preciso salientar que o estado possui o maior litoral brasileiro, em termos de extensão com 1.183 Km².

No que se refere aos aspectos econômicos, o estado apresenta uma gama de setores, com importância para setores agrícolas e indústria. Entre as indústrias que mais se destacam estão as do setor petroquímico e do setor automotivo. O setor de serviços aparece como principal empregador de mão-de-obra, e o turismo como um setor com grande potencialidade econômica (SEI 2010).

Ao tratarmos da questão agrícola, merece especial atenção a região oeste do estado, que é responsável pela maior parte da produção baiana de grãos, com destaque para a recente cultura de soja implantada através de incentivos dados pelo estado em meados de 1980.

No norte, destaque para o baixo médio São Francisco, onde está localizada a produção de fruticultura irrigada. Nos municípios do sul encontra-se o maior rebanho caprino do país bem como a maior produção pecuária bovina do estado. Já no planalto de Conquista, a produção de café é o principal produto agrícola da região; ao longo do litoral a cacauicultura junto com a silvicultura são os grandes destaques. Na região sul ganha destaque a indústria de celulose e a região central do estado é considerada como o centro minerador do estado.

Possui uma grande diversificação nos transportes terrestre, marítimo, aéreo e ferroviário, com destaque para o aeroporto de Salvador que tem movimento de mais de 7 milhões de passageiros por ano (SEI, 2010), e a recentemente a construção da ferrovia oeste-leste.

Existem ainda três portos, sendo que dois estão localizados na Região Metropolitana

de Salvador e o outro na cidade de Ilhéus.

Em relação ao sistema rodoviário, merece destaque a cidade de Feira de Santana por estar estabelecida no eixo polarizador, tendo como vias principais a BR-324, conectando a capital a essa cidade ao norte do estado; a BR-242, que une a cidade de Salvador ao oeste do estado e à capital federal; a BR- 101, com direção norte/sul e projetando ao litoral; e a BR-116, que liga o estado de Pernambuco ao sudoeste baiano, em direção a Minas Gerais. Além dessas, outras rodovias estaduais e federais merecem destaque, a exemplo da BR-407, BR-110, BR-415, BA-052, BA-099, BA-263 e BA-001.

2.1 ASPECTOS SOCIAIS

2.1.1 Demografia

Em termos gerais, significa um estudo sobre as condições populacionais, analisando características e evolução ou retrocesso num determinado período de tempo, bem como características sobre como e onde se encontra a população do estado.

Na tabela 01 é possível visualizar a composição da população baiana, bem como seu recente aumento populacional, e como esta mostra um aumento no grau de urbanização verificada da década de 80 a 2008.

Tabela 01 – População total, urbana, rural, grau de urbanização e taxa de fecundidade, esperança de vida e taxa de mortalidade - Bahia -1980/2008

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO				
	1980	1991	2000	2004	2008
População total	9.591.403	11.867.991	13.070.250	13.704.574	14.502.573
Urbana	4.746.157	7.016.770	8.772.348	9.267.139	9.994.215
Rural	4.845.246	4.851.221	4.297.902	4.437.435	4.508.358
Grau de urbanização (%)	49,50%	59,10%	67,10%	67,70%	68,91%

Fonte: SEI; 2009

O estudo da população do estado baiano revela que houve uma estabilização na zona rural e grande aumento na urbana, o que se percebe é que a população rural se mantém estável enquanto que a urbana mostra um crescimento contínuo.

Percebe-se que em aproximadamente 30 anos a população baiana urbana cresceu cerca de 5 milhões enquanto a população rural se manteve estável, o que mostra uma mudança nos padrões sociais.

Uma população que se urbaniza cada vez mais passa a enfrentar uma gama de

problemas estruturais como violência, pobreza, saúde precária, falta de saneamento adequado, falta de empregos, educação precarizada.

As localidades com altos índices de violência, condições precárias de moradia e falta de saneamento básico apresentam altas taxas de mortalidade e baixa expectativa de vida ao nascer, inibindo os investimentos em capital humano. (NORONHA; ANDRADE 2003, p3)

Esta situação e os problemas a que dela surgiram evidenciam o grau de urbanização que o estado atingiu, que para o ano de 2008 foi de quase 70%, revela ainda uma tendência de concentração urbana, principalmente na região metropolitana de Salvador (RMS).

O outro fato é o aparecimento de outros centros urbanos de médio porte, como por exemplo, as cidades de Feira de Santana, Juazeiro, Jequié, Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus.

Tabela 02 – População total, numero de municípios e participação na população total do Estado, por grupo de municípios - BAHIA-2010

Grupo de Municípios	Número de Municípios	População total do grupo	Participação (%) na população total do Estado
Região Metropolitana de Salvador	10	3.458.571	24.67
Municípios com mais de 200 mil habitantes ¹	3	1.068.175	7.62
Municípios com número de habitantes entre 100 mil e 200 mil ¹	9	1.287.334	9.18
Municípios com número de habitantes entre 50 mil e 100 mil ¹	25	1.620.389	11.56
Municípios com até 50 mil habitantes ¹	370	6.582.437	46.96
Bahia	417	14.016.906	100

Fonte: IBGE- CENSO DEMOGRAFICO 2010

De acordo com Lacerda (2009), quase metade da população baiana vive em municípios com até 50 mil habitantes, porém não se pode afirmar que exista dispersão da população, na verdade há uma forte tendência de concentração nas cidades com mais de 50 mil habitantes, e ao longo do litoral e da RMS.

A mudança do quadro populacional que vem se tornando cada vez mais urbanizado, indica um caminho para os investimentos públicos, principalmente nas cidades com mais de

50 mil habitantes e uma preocupação com a população rural a fim de evitar aumentos da migração em direção a esses novos centros urbanos.

2.1.2 Educação

A educação tem se mostrado para qualquer país ou região de fundamental importância e ponto estratégico para alterações na estrutura social e produtiva. A educação é representativa para regiões com histórico de desigualdade de renda e pobreza. Investir em educação é promover condições para melhora na qualidade de vida da população de forma mais concreta e consistente, criando um leque maior de escolhas entre profissões e conseqüentemente permitindo uma maior renda para a população.

Na Bahia, assim como o Brasil, a educação é um mecanismo de combate à desigualdade de renda, desde que seja uma educação de qualidade e não apenas uma que busque aumento nos números de matrículas.

Abaixo, são apresentados dados da taxa de analfabetismo no período de 1995 a 2008, mostrando também alterações significativas e promissoras para o desenvolvimento social no Estado da Bahia.

Tabela 03 – Taxa de analfabetismo, segundo grupos etários - Bahia-1995/ 2008

GRUPOS ETARIOS	1995	1999	2001	2003	2004	2006	2007	2008
10 anos	26,9	22,2	20,7	19,3	18,6	16,7	16,7	15,7
7 a 14 anos	31,3	19,1	16,7	14,6	15,3	13,5	13	10,8
15 a 49 anos	20,8	16,3	15,4	13,6	13	10,8	10,4	9,5

Fonte: SEI, 2009.

Conforme dados apresentados na tabela 03, a maior redução ocorreu na faixa dos 7 a 14 anos. Com relação à faixa de 10 anos, os resultados são bons, mas com redução mais lenta, o que indica que devem ser feitos maiores investimentos para esta faixa etária.

Um dado que merece destaque é apresentado na tabela 04 que reflete a proporção de crianças de 7 a 14 anos freqüentando a escola que se aproxima do pleno atendimento. Outro dado positivo é o aumento do percentual de adolescentes de 15 a 17 anos freqüentando a escola.

Tabela 04 – Taxa de atendimento no sistema de ensino - Bahia-1996/ 2008

ANOS	7 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS
1996	89,2	63,7
2000	96,5	88,2
2001	97,3	88
2002	97,8	91,2
2004	98,3	92,2
2006	97,3	78,9
2007	97,1	83,1
2008	98,1	84,4

Fonte: SEI, 2008.

Deve-se perguntar em que condições estão sendo oferecidos este ensino, ou seja, nível de qualidade, porque não se devem almejar apenas melhorias em termos percentuais, mas também na oferta de uma educação de boa qualidade.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que serve de referência para avaliar o sistema educacional, constituído por informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiências) em exames padronizados, como a Prova Brasil e o SAEB.

Pela análise do IDEB na Bahia para os anos de 2006 a 2009 apresentou as seguintes notas 2,7; 3,4; 3,8 respectivamente; sendo a nota máxima 5, mostra que o estado apresentou resultados aceitáveis para educação básica.

Porém deve-se questionar se este ensino prepara os alunos para entrar numa faculdade pública ou até mesmo para o mercado de trabalho.

O que se conclui é que a educação na Bahia cresceu, tanto no número de matriculados como na redução da taxa de analfabetismo.

2.1.3 Saúde

A saúde é um bem comum a todos e o governo tem o papel de garantir isso a sociedade, porém a realidade do nosso Sistema Único de Saúde (SUS) limita o acesso a uma assistência de qualidade e a população carente depende desses serviços.

As questões de saúde deveriam ser mantidas pelo governo como algo essencial dentro do planejamento proposto pelos responsáveis na elaboração das políticas públicas, sabendo que esse é requisito básico para a sobrevivência humana.

A melhora na qualidade de vida é justificada por melhorias sociais principalmente quando se vê a redução nos indicadores apresentados na tabela abaixo para os anos de 1995 a 2009, que apresentam aumento na esperança de vida ao nascer e redução da taxa de

mortalidade infantil.

Nota-se na tabela 05 que a taxa de fecundidade no Estado da Bahia foi reduzida acentuadamente de 1995 para 2009. No entanto, estas taxas ainda apresentam um valor bastante alto considerando a sua capacidade e condição econômica.

Tabela 05- Taxa de fecundidade, esperança de vida, taxa de mortalidade infantil - Bahia-1995/2009

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO			
	1995	2000	2005	2009
Taxa de fecundidade	3,00	2,50	2,21	2,08
Esperança de vida ao nascer (anos)	67,41	70	71,44	72,5
Taxa de mortalidade infantil (em mil)	52,20	41,3	35,6	31,4

Fonte: SEI, 2010

Alterações nestes indicadores são de extrema importância, pois servem de parâmetro para elaboração de políticas socioeconômicas, e mostram se estas políticas vêm obtendo o resultado esperado, bem como evidencia as principais dificuldades sociais.

Nas últimas décadas, a Bahia vivenciou profundas modificações na sua estrutura sociodemográfica, com a progressiva e acentuada redução dos níveis de fecundidade e, em menor escala, de mortalidade. Em meados dos anos 1990, a taxa de fecundidade do estado estava situada em três filhos por mulher. No final da década de 2000, o patamar alcançado, de 2,08 filhos por mulher, já se encontrava próximo ao de reposição da população. A diminuição dos níveis de mortalidade, por sua vez, se reflete na ampliação do tempo médio de vida ao nascer, que passou de 67,41 anos, em 1995, para 72,55 anos, em 2009. A mortalidade infantil registrou uma significativa queda neste período, passando de 52,2 para cada mil nascidos vivos, em 1995, para 31,4 em 2009. (SEI, 2010, p.78)

O aumento da esperança de vida significa envelhecimento da população, bem como uma nova fonte de renda, as aposentadorias, pois muitos deles são beneficiários do sistema de Seguridade Social, resultando em aumento da renda familiar, principalmente na população menos abastada.

Devido a essas melhorias nas taxas de mortalidade infantil, na expectativa de vida, e na redução da mortalidade infantil, formam-se um conjunto de fatores que associados ao processo migratório proporcionam projeções de crescimento populacional menor para os próximos anos.

A dinâmica demográfica do estado (fecundidade, mortalidade e migração) deverá continuar em trajetória descendente, com a redução do número de filhos por mulher, a ampliação do tempo médio de vida e a diminuição dos saldos migratórios. Em consequência desses retrocessos, a população deverá crescer num ritmo ainda mais lento e se tornar cada vez mais envelhecida. As projeções populacionais realizadas

pelo IBGE apontam para uma população de aproximadamente 16,4 milhões em 2030. Com esses resultados, a Bahia deverá se manter como o quarto maior contingente populacional entre os estados brasileiros.(SEI,2010,p79)

As políticas públicas no setor de saúde possuem relevância para a qualidade de vida dos indivíduos, sendo um fator que repercute na força de trabalho de uma cidade, região ou estado. Ao contemplar os dados estatísticos apresentados pela tabela 06, observa-se que as principais causas que levam ao óbito são doenças que podem ser atenuadas por política públicas para saúde.

Algumas patologias são desenvolvidas por fatores extrínsecos como a poluição do ar, por exemplo, que levam ao conseqüente aumento dos problemas respiratórios, enquanto que as doenças infecciosas e parasitárias dizem respeito à saúde pública e saneamento básico.

Tabela 06 – Causas de morte na população residente - Bahia-1990/2008

PRINCIPAIS CAUSAS	1990	2003	2004	2006	2007	2008
Doenças do aparelho circulatório	21,1	21,5	21,8	26,6	26,1	24,8
Causas externas de morbidade e mortalidade	8,9	11,3	11,7	12,7	14,1	15,2
Neoplasias (tumores)	6,4	8,6	8,9	11,4	11,4	11,4
Doenças do aparelho respiratório	5,4	7,1	7,6	8,2	7,6	7,2
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	-	5,6	5,8	6,4	6,8	6,9
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7,7	5,2	4,9	5,3	5	4,9
Demais grupos de causas	17,8	14,3	14,2	15,4	15,3	14,8
Causam mal definidas	32,8	26,3	25,1	14,3	13,7	14,8

Fonte: SEI, 2009.

A análise dos dados da tabela acima indica uma redução importante nos números da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias. Outro fator que merece destaque é a redução do número de óbitos por causas mal definidas.

Diferente do observado em países desenvolvidos e nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, o termo “causa mal definidas” foi classificado como resíduos estatísticos e não como doenças com sintomas ou anomalias (MACEDO, DERMARCHI, 2002, P.22)

As políticas públicas devem contemplar, além de melhoras nas condições de saneamento básico e combate a mortalidade infantil, programas e projetos que favoreçam a saúde de forma mais direta, não apenas com ações preventivas, mas com medidas que visem melhorias na estrutura já existente como aumentos do número de leitos hospitalares, ambulatórios, pronto-socorros, e investimentos em novos equipamentos e ampliação da rede de atendimento pública.

A disponibilidade de leitos hospitalares aumentou entre 1994 a 2000, principalmente no setor público em cerca de 42% (DATASUS, 2000). Com este aumento o Estado

encontra-se dentro da média nacional que é de 2,2 leitos por 1.000 habitantes, porém ao analisar por macrorregiões verifica-se que a maior concentração é na macro sul e a menor é a da macro oeste, única, onde o nº de leitos públicos é maior que o privado. Apesar da descentralização, a maioria dos hospitais públicos baianos encontra-se ainda sob a gerência da SESAB (MACEDO, DEMARCHI, 2002, p.22)

A Secretaria Estadual de Saúde desenvolve ações assistenciais para atender às demandas populacionais, pois com aumento da população tem que criar uma estrutura básica para uma população em crescimento, principalmente para a região interiorana.

2.1.4 Saneamento básico

O saneamento básico é uma medida de saúde pública que busca a prevenção de doenças proporcionando a sua população uma situação de higiene adequada, e a promoção de saúde a todos.

As atividades relacionadas ao saneamento terão por meta algumas especificidades, como o controle e prevenção de doenças, melhoria da qualidade de vida da população, aprimorar a produtividade do indivíduo e promover as atividades econômicas de forma sustentável e limpa.

Suas ações se referem em geral ao tratamento de água; tratamento e aumento da rede de esgoto; correto tratamento de resíduos; limpeza pública de ruas e avenidas; aterros sanitários regularizados de acordo com as exigências ambientais.

A falta de saneamento básico ou uma estrutura carente deste pode prejudicar a saúde pública de toda população, e pode levar a contaminação do solo, diminuição da capacidade dos indivíduos para exercerem qualquer atividade econômica.

Mesmo sendo um serviço essencial para toda população, ainda é possível notar que o saneamento básico não está acessível a todos na Bahia, afetando principalmente as classes sociais menos favorecidas que vivem em condições precárias por não haver assistência adequada, o que aumenta o risco do desenvolvimento de patologias por infecções de enteroparasitoses.

Tabela 07 – Saneamento básico nos domicílios – Bahia-1995/2008

Especificações urbanas	2007	2008	2009
Domicílios urbanos (em mil)	2.821	2.975	3.041
Ligados à rede geral	94,0	94,4	95,1
Com canalização interna	95,6	96,6	96,9
Ligados à rede coletora	61,0	63,1	60,1
Com esgotamento sanitário	97,2	97,6	98,0
Atendimento pela coleta de lixo	97,0	97,5	97,9

Fonte: SEI, 2010

Pela análise da tabela 07, observa-se que houve melhoria em todos os indicadores apresentados, porém houve uma pequena piora no número de residências ligadas à rede coletora, que diminuiu devido ao aumento do número de domicílios urbanos.

Ainda de acordo com o apresentado na tabela 07, em termos percentuais, há uma evolução nos números de domicílios urbanos com acesso a saneamento básico, demonstrando um crescimento na qualidade de vida da população. Estas alterações podem ser vistas como uma melhora na disposição de um conjunto mínimo para uma melhor qualidade de vida, pois com o crescimento econômico surgem também problemas estruturais principalmente aqueles relacionados à temática do saneamento básico.

2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

A atuação econômica do estado baiano propiciou um crescimento econômico concentrado nas últimas décadas não havendo alterações significativas na estrutura social. A base deste crescimento se deu por meio de políticas e projetos que não objetivavam o desenvolvimento, mas o crescimento econômico, processo este que se reflete no período atual vivenciado pela sociedade baiana, com atraso tecnológico e dependente de fatores externos.

O que se observa é que este simples crescimento econômico levou a uma situação de concentração de renda, principalmente nas atividades econômicas, que possuem um viés exportador, além do fato de possuir uma economia interna insuficiente para alicerçar mudanças significativas na estrutura socioeconômica local.

A Bahia viu agravada a sua dependência externa, tanto no plano nacional quanto no internacional, como decorrência de uma política desenvolvimentista equivocadamente traçada pela tecnoburocracia regional com a cumplicidade das elites agromercantis locais (SPINOLA 2001; apud ALCOFORADO, 2003, p74)

Diante dos estudos realizados, observa-se que os responsáveis pelo crescimento econômico baiano viam que o simples crescimento seria suficiente para promover o crescimento estável e uma maior igualdade social, quando o que se presenciou foi exatamente o contrário.

Muito se escreve e comenta acerca da base de crescimento econômico utilizada no estado baiano e sobre os tipos de estratégias até então empregadas. A impressão é de que os responsáveis pela elaboração dos programas de desenvolvimento e crescimento econômico se baseavam em alguns parâmetros de que crescimento econômico se refletia em melhorias sociais (LACERDA 2009; TEIXEIRA e GUERRA, 2000)

Os modelos empregados pelos responsáveis pela elaboração das políticas socioeconômicas possuem muito das teorias de desenvolvimento econômico regional, principalmente as idéias da teoria clássica ou neoclássica, e da teoria da localização.

Um bom exemplo é o modo de como foi desenvolvida a região metropolitana de Salvador, pois foi privilegiada em investimentos em infra-estrutura e na indústria petroquímica; quanto se comparar ao interior do estado para o qual poucos investimentos foram direcionados.

De acordo com a SEI (2008); PORTO (2002); o desenvolvimento se assim se pode chamar, foi realizado pelos extremos, pela região litorânea, até a capital, depois pelo eixo Itabuna-Ilhéus, e recentemente a região de Sauípe.

Até recentemente, pensava-se na indústria de celulose como o novo produto de crescimento econômico, constituindo-se em um dos modelos recentemente empregados no desenvolvimento econômico do estado baiano.

O modelo baiano de crescimento econômico sempre esteve atrelado a um produto específico e com tendências concentradoras nas regiões produtoras. Estas tendências de concentração num único produto de base agrícola refletem-se até os dias atuais.

De acordo com Lacerda (2009), dentro do contexto das práticas econômicas até então empregadas, essa concentração acarretou em um atraso histórico, tanto econômico quanto social, para as regiões localizadas na parte central do estado, por estarem distantes dos centros produtores ou por não possuírem algum produto atrativo e de tendência exportadora.

Essas regiões apresentavam baixo grau de conexão entre si e com outras regiões, poucos investimentos estatais e com pouco dinamismo nos setores produtivo, comercial e agrícola, características estas que favoreciam efeitos repressores em direção ao eixo dinâmico que era a capital, o que representava, a priori, para as atividades econômicas do estado, um

fortalecimento do eixo produtivo e em contrapartida um isolamento das outras regiões, e conseqüentemente leva a uma situação de aumento da pobreza.

Este contexto histórico deixou raízes na estrutura de grande parte dos municípios e regiões que não lograram e nem participaram do processo econômico até então alcançados.

Isso nos leva a refletir que somente o crescimento econômico não foi suficiente para combater a pobreza, pois o resultado foi centralização de recursos para investimentos de infra-estrutura na RMS, em detrimento da região interiorana. Isso favoreceu a centralização da renda e as condições para aumento e piora nos níveis sociais.

A fuga de capital e da população para o eixo metropolitano, à principio foi satisfatória, porém não foi planejada e a estrutura pública não estava preparada, o que gerou uma série de problemas.

Esta situação de transferência e concentração de recursos na RMS resultou em diminuição do emprego e dos investimentos em outras regiões do estado que dificultou a promoção do desenvolvimento igualitário a todas as regiões.

Desde o princípio do processo de alteração da base produto, que deixou de ser primário exportador para o processo de implantação da indústria baiana, sua dinâmica industrial esteve voltada à produção de bens de pouco valor agregado, a exemplo de fábrica de chapéus, velas de cera, cigarros, charutos, calçados que não passavam de pequenas e médias oficinas artesanais.

Mesmo diante de crises econômicas, os responsáveis pela elaboração das políticas econômicas não buscavam meios de diversificação da base de exportação nem o fortalecimento e criação de novos produtos, sejam eles destinados para exportação ou fortalecimento da dinâmica interna.

Foi no contexto da política do governo federal de substituição de importações que a Bahia foi privilegiada com a implantação de projetos industriais que tinham por meta a produção de bens intermediários, intensivos em capital e tecnologicamente modernos, para o padrão regional de época, pretendendo programar a base de produção e se tornar um pólo de exportação para outras regiões mais desenvolvidas do país. Porém tornava-se apenas uma engrenagem da indústria nacional.

O processo de industrialização baiano evidenciou a incapacidade e a falta de planejamento por parte dos responsáveis, pois a falta de infra-estrutura e o modo como esse processo se desenvolveu, ocasionou e intensificou dificuldades como: a concentração de renda, pobreza, falta de diversificações nas outras regiões do estado, pois não são capazes de dar um impulso suficiente para gerar riqueza e desenvolvimento social.

Foi a partir da década de 70 e início da década de 80 que se procurou dar um maior dinamismo à economia baiana, com a busca de maior potencialização da indústria e com medidas que procuravam transformar a economia de primária exportadora para industrializada.

No período entre 1950 e 1970, o Estado da Bahia passou por um processo sistemático de planejamento, no qual se destaca como seminal, o Plano de Desenvolvimento da Bahia — PLANDEB (concluído em 1959 e contemporâneo do planejamento elaborado por Celso Furtado para o Nordeste) que projetou um setor industrial objetivando um equilíbrio entre a produção de bens de consumo e de capital, além de enfatizar a prioridade para a especialização das grandes empresas produtoras de bens intermediários, aproveitando alguns recursos naturais à época abundantes na região, como o petróleo. O PLANDEB propunha projetos que integrariam de forma sistêmica os setores agrícola, industrial e comercial, objetivando o desenvolvimento equilibrado do Estado da Bahia e ressalta, ainda, que o PLANDEB foi o responsável pela “estratégia de desconcentração concentrada” que preconizava a industrialização da Bahia mediante a sua inserção no projeto nacional de desenvolvimento posto em prática pelo governo federal. (SPINOLA, 2001 apud ALCOFORADO, 2003, p.230)

O modelo de industrialização implantado na Bahia foi baseado na produção de bens intermediários. A criação da refinaria de Mataripe foi o primeiro passo para o projeto baiano, que contou muito com a ajuda do governo federal. Os investimentos não pararam por aí, pois a idéia era a criação de um pólo minero- metalúrgico e que tinha a seu favor a proximidade de uma região rica em petróleo

A criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari foi à base para o desenvolvimento da indústria na Bahia, porém o projeto inicial não contemplou a implantação de uma indústria de base mais complexa e uma maior cadeia produtiva. (ALCOFORADO, 2003).

O investimento público federal concentrado em projetos de infra-estrutura permitiu amenização dos pontos de dificuldade enfrentados pela economia local. Exemplos destes investimentos foram o surgimento da hidroelétrica de Paulo Afonso e a implantação da rodovia Rio - Bahia (BR-116), que liga o Estado à região sudeste do país.

A implantação de tantos investimentos no setor industrial da Bahia contou no início com financiamentos a juros subsidiados, isenção de impostos e incentivos fiscais com o uso de recursos públicos e de organismos de fomento ao desenvolvimento do país, concentrando recursos nos setores de química/petroquímica e dos minerais não-metálicos.

A criação do Complexo Petroquímico não surtiu os efeitos multiplicadores que se esperava, pois houve a criação do parque de indústrias de transformação de produtos intermediários e não bens finais.

Iniciaram-se alterações na estrutura econômica do Estado, como a diminuição da participação da agricultura no PIB estadual e um aumento do setor industrial, principalmente nas áreas de química e petroquímica e extrativas minerais e vegetais.

Essa estratégia contemplava a atração de grandes empresas produtoras de bens intermediários que atuariam como pólos do desenvolvimento industrial juntamente com as empresas produtoras de bens finais que se instalariam a jusante nos centros e distritos industriais criados para abrigá-las, tanto na Região Metropolitana de Salvador quanto nas cidades do interior. (SPINOLA 2001; apud ALCOFORADO, 2003, p. 71)

As alterações na base econômica acarretaram um crescimento impulsionado pela indústria com efeitos positivos que alavancaram outros setores como comércio, serviços e construção civil.

O resultado deste processo foi um parque produtivo metropolitano com alta geração de renda, porém com baixa geração de emprego direto, o que acelerou e piorou o nível de concentração de renda e não levou à redução de diferenças econômicas e sociais das sub-regiões do Estado. Esta situação aumentou a dependência da Bahia as flutuações da economia regional nacional e externa.

Na primeira metade dos anos 1990, os principais setores da indústria baiana perderam muito, tanto em capital como em participação no mercado, devido à abertura comercial da economia brasileira. Com o excesso de oferta no mercado mundial e com a redução dos incentivos às exportações, o resultado foi à perda da capacidade produtiva.

Apesar de todas as limitações o processo de industrialização ocorrido na Bahia provocou mudanças consideráveis na economia baiana, que inicialmente era totalmente dependente do setor agroexportadora e passou a ter uma maior participação do setor industrial.

O certo é que o processo de industrialização permitiu uma mudança na economia do estado e provocou mudanças significativas principalmente no que diz respeito à temática da renda, aumento do emprego e nova dinâmica econômica que surgiu deste contexto histórico.

Porém a forma como se deu o processo de industrialização no estado baiano privilegiou o crescimento econômico e não privilegiou mudanças nas áreas sociais, que ficaram a margem deste processo.

De acordo com Souza (2009), são possíveis três estratégias para melhoria nos indicadores econômicos e combate a pobreza, com altas taxa de desemprego e concentração de renda, assim como a economia baiana.

- a) incentivo a emigração da mão-de-obra,
- b) atração novas empresas para a área,
- c) estimular as exportações regionais.

A mudança de empresas das regiões centrais para as menos desenvolvidas pode produzir efeitos propulsores nas primeiras em razão dos encadeamentos da produção e do emprego, exatamente o que aconteceu entre a RMS e o interior do estado, e entre o estado baiano e a região sudoeste do Brasil.

O processo de crescimento econômico implantado no estado limitou-se a região litorânea, seja por aspectos de natureza histórica ou pelo fato de inicialmente ter sido ocupado, ou por vantagens comparativas de localização.

Ultimamente o que vem ocorrendo é exatamente um direcionamento dos investimentos para outras regiões do estado.

Percebe-se que o estado baiano apresenta uma diversidade na sua base produtiva, porém com concentração na RMS das atividades industriais, e com alguns nichos no setor de agronegócios principalmente na região do oeste e vale do São Francisco.

A tabela abaixo apresenta a configuração do Produto interno bruto-PIB, para os anos de 2007 a 2009. Observa-se que a composição do PIB baiano é bem diversificada, com destaque para Administração, saúde e educação públicas, e para o comércio e serviços de manutenção e reparação.

Tabela 08 – Estrutura do Produto Interno Bruto segundo atividades econômicas- Bahia-2007/2009

ATIVIDADES	2007	2008	2009
Agropecuária	8,6	8,5	8,6
Indústria extrativa mineral	1,8	2,3	1,8
Indústria de transformação	14	13,1	12,2
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água,	5,4	7,2	8,3
Construção civil	7	5,4	5,1
Comércio e serviços de manutenção e reparação	13,4	13,8	13,7
Transportes, armazenagem e correio	4,5	5,1	3,9
Intermediação financeira, seguros e previdência	4	3,6	3,4
Administração, saúde e educação públicas	16,6	16,9	18,2
Atividades imobiliárias e aluguel	8,2	8,6	8,3
Demais serviços	16,6	15,4	16,3
Total			

Fonte: SEI, 2010.

Ainda que com menores participações, a indústria de transformação e a agropecuária são setores que também merecem destaque, quer seja pela quantidade de mão-de-obra que absorvem, quer seja pela importância econômica que possuem.

Na Região Metropolitana de Salvador, concentram-se setores de serviços, indústrias petroquímicas e automotivas, ambas situadas nas cidades de Camaçari e Feira de Santana, bem como as atividades relacionadas ao comércio, educação, atividades portuárias e turismo.

A região oeste do estado é a responsável pela maior parte da produção de grãos, com grande destaque para o cultivo de soja. Ao norte, no baixo médio São Francisco, destaca-se a produção da fruticultura irrigada e nos municípios do entorno encontra-se o maior rebanho de caprinos do país. Ao sul, tem-se o maior percentual de produção pecuária bovina.

No planalto da Conquista, destacam-se a produção de café, os serviços relacionados ao comércio e nos últimos anos vêm ganhando destaque o setor educacional.

Ao longo do litoral, existe uma predominância do cultivo da cacauicultura, da silvicultura e destaque na produção industrial de celulose. Na região central do estado, de maneira mais atomizada, observam-se, principalmente, atividades de mineração.

O setor terciário é o grande responsável por absorção da população ocupada na Bahia, seguido pelo setor primário da economia, especialmente o relacionado às atividades agrícolas que até 1999 detinha a maior proporção de ocupações no estado.

A economia baiana cresceu pelo 13º ano consecutivo, sendo que o ano de 2004 foi o que apresentou o maior crescimento em termos de variações percentuais do Produto Interno Bruto nos últimos 20 anos.

Com esse desempenho, o PIB da Bahia atingiu a marca de R\$ 119,9 bilhões no período, um crescimento de mais de 100% entre os anos de 2004 para 2008 (SEI, 2010).

O que é preocupante é a redução significativa nos dois principais setores em que o estado apresentava uma vantagem comparativa e que empregam grande mão-de-obra: os setores da indústria de transformação e agrícola.

A realidade do contexto da indústria baiana, com centralização na região metropolitana e em poucos setores remete-nos exatamente a conclusão de que é preciso programas e projetos que busquem uma interiorização deste setor, bem como uma maior gama de produtos e investimentos em parques produtivos, infra-estrutura e políticas de incentivo ao fortalecimento de outros setores.

Com estas atitudes, é possível que o estado esteja mais bem preparado para dinâmica econômica mundial com credibilidade e força nas relações internacionais, aumentando sua participação nas exportações brasileiras e fortalecendo a dinâmica regional.

A partir da análise destas idéias, é possível que o estado baiano em pouco tempo tenha condições de realização de economia de aglomeração nas cidades do interior do estado, principalmente em regiões onde já exista uma tendência a certas culturas, sejam elas agropecuárias ou industriais, e a criação e desenvolvimento de nichos indústrias em novas regiões.

A seguir, é dado destaque a três segmentos importantes quando se trata dos aspectos econômicos, a saber: mercado de trabalho, agricultura e indústria.

2.2.1 – Mercado de trabalho-População em idade ativa(PIA) e economicamente ativa(PEA)

Por população em idade ativa (PIA), entende-se àquela que tem idade para realizar uma atividade econômica.

A população economicamente ativa (PEA) representa contingente populacional ou contingente de mão-de-obra que o setor produtivo tem a sua disposição, cabe ressaltar que os desocupados ou desempregados também fazem parte deste conceito.

Há uma tendência de crescimento na população em idade ativa do mesmo jeito que vem ocorrendo com o número de pessoas economicamente ativas, desde 1995 a 2008.

Entre os anos de 2008 e 2009, a População em Idade Ativa (PIA) teve um crescimento menor do que a População Economicamente Ativa (PEA). O comportamento desses dois contingentes populacionais fez com que a taxa de atividade também se incrementasse nesse período, o que denota uma maior pressão sobre o mercado de trabalho baiano. Tal movimento foi acompanhado de um acréscimo na taxa de desemprego. (SEI, 2010, p.80).

A melhoria nos níveis da economia baiana, e com a impulsão acarretada pelas evoluções nos indicadores sociais, permitiu uma maior inserção daqueles que possuem idade para exercer atividade econômica, bem como a absorção pelo mercado de trabalho de parcelas da população, pois o crescimento populacional e a estagnação do desemprego asseguram tal realidade.

De acordo com a tabela 09, é possível notar que a taxa de atividade (PEA/PIA) permaneceu estável ao longo do período analisado, mantendo-se na faixa de 60 à 63%, assim como a taxa de desocupados que se encontra de 1999 à 2008 numa faixa de 9 à 10,5%.

Tabela09 – População em idade ativa e economicamente ativa – Bahia- 1995/2008

ESPECIFICAÇÕES	1995	1999	2001	2003	2004	2006	2007	2008
População em idade ativa- PIA (em mil)	9.822	10.410	10.509	10.905	11.091	11.685	11.889	12.136
PIA sobre a população total (%)	77,4	80,1	79,4	80,4	80,9	81,9	82,5	83,3
População economicamente ativa – PEA (em mil)	6.044	6.402	6.295	6.697	6.956	7.247	7.311	7.655
PEA ativa sobre a população total (%)	47,6	49,3	47,6	49,3	50,8	50,8	50,7	52,6
Taxa de atividade (PEA/PIA)	61,5	61,5	59,9	61,4	62,7	62	61,5	63,1
Taxa de desocupação (%)	6,7	9,3	10	9,8	10,5	9,3	9,3	9

Fonte: SEI, 2009

A tabela 10 apresenta a população ocupada na Bahia segundo setores de atividade econômica. É possível notar pequenas mudanças entre os anos de 2006 a 2008.

Tabela 10 – Pessoal ocupado, segundo os setores de atividade econômica - Bahia- 2006/2008

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	2006	2007	2008
Total	100	100	100
Atividade agrícola e exploração florestal	35,7	34,9	33,6
Indústria	7,7	7,6	7,8
Indústria de transformação	7	6,8	7,1
Outras atividades industriais	0,8	0,8	0,8
Construção	6,5	6,2	7,3
Comércio e reparação	14,6	15,1	14,7
Alojamento e alimentação	3,7	4	4,4
Transporte, armazenagem e comunicação	4,1	4,2	4,1
Administração pública	4,7	4,5	4,3
Educação, saúde e serviços sociais	7,6	7,7	7,8
Serviços domésticos	6,7	7,1	6,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,4	3,4	3,9
Outras atividades	4,8	5,1	5,1
Atividades mal-definidas	0,4	0,2	0,3

Fonte: SEI, 2009

A análise confirma que não houve alteração significativa na composição da PEA, e mesmo com crescimento econômico verificado nos últimos anos, não houve alterações nos segmentos que empregam e fornece maiores salários como indústria de transformação e administração pública, citando apenas como exemplos.

Os setores de atividades responsáveis por mais absorções da população ocupada da Bahia, no período em análise, foram Agricultura, Comércio e Reparação e Educação, Saúde e Serviços Sociais. Salienta-se que os dois primeiros setores apresentaram discreto declínio na proporção da população ocupada, entre 2008 e 2009 (SEI, 2010, P.84).

Não se deve deixar de mencionar a pouca tradição na formalização das relações de trabalho no campo, mesmo a agricultura respondendo pela inserção de um contingente

populacional expressivo de ocupados no estado. Outro fator relevante é a elevada participação dos serviços.

2.2.2 Agricultura

A agricultura é uma via econômica que deve ser priorizada no combate à pobreza, principalmente pela potencialidade econômica. Por isso, devem-se verificar quais são os principais segmentos agrícolas que apresentam evolução positiva.

Apesar da concentração na pecuária e na agricultura, cabe salientar o surgimento de uma nova fronteira agrícola no oeste do estado, com a implantação de um modelo de produção voltada a agroindústria, e a fruticultura que é um dos ramos da agricultura baiana que mais tem se expandido nos últimos anos, graças aos investimentos do governo estadual em irrigação que deram origem a melhora nos resultados dos recentes períodos, com destaque para o ano de 2002, considerado pela SEI (2009) como o melhor desempenho até então registrado.

Nos últimos anos percebe-se avanço de culturas industrializadas no campo, e retração de agricultura de subsistência, fato este que favorece o aumento do desemprego no campo.

O que é uma marca é a forte dependência do setor agrícola a condições climáticas, o que mostra que como grande empregador de mão-de-obra este setor tem ainda características produtivas, ainda consideradas arcaicas pelo mercado, com exceção de algumas regiões em que há prática de culturas irrigadas com usos de implementos agrícolas, com produções voltadas para exportação.

Se por um lado essas culturas aumentaram a geração de valor monetário para a agricultura baiana, houve perda de posição de produtos da agricultura de subsistência a exemplo da produção da mandioca – cultura típica de subsistência, que sempre figurou entre as primeiras posições – e do cacau que perdeu considerável importância para economia agrícola no estado.

A agricultura é importante no que se refere a pobreza, pois é a principal empregador de mão-de-obra, e tem como sua principal produção a de subsistência, pois grande parte da população que reside no campo vive deste tipo de cultura. A perda de espaço para outras modalidades de culturas no campo, seja pela falta de investimentos mais volumosos na agricultura familiar e de subsistência, evidencia uma situação que favorece o aumento da pobreza no campo.

O fato é que o estado baiano deve ter estratégias que busquem o fortalecimento do setor agrícola, com implantação de incentivos e programas de fortalecimento à agricultura familiar, descentralização e busca de novos nichos de produção, investimentos em infraestrutura portuária, ferroviária e rodoviária, linhas de créditos específicas para pequeno, médio e grandes produtores.

Enfim, cabe ao estado além dos incentivos já expostos, dar condições para aperfeiçoamento neste setor sejam elas produtivas tecnológicas e nas relações humanas, principalmente em treinamento dos pequenos agricultores, de maneira a permitir um maior aproveitamento da safra e condições de agregação de valor.

2.2.3 Indústria

Uma análise geral da tabela 11 evidencia como a indústria baiana é formada, mostrando em destaque a indústria de transformação intermediária, a qual vem perdendo significância ao longo dos anos para indústria de construção e extrativista e mineral. Uma herança dos modelos de industrialização empregados no passado recente.

Tabela 11 – Estrutura do setor industrial - Bahia-2002/2008

BAHIA – 2002-2008				
Atividades	Indústria de transformação %	Indústria da construção %	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e limpeza urbana %	Indústria extrativa mineral %
2002	55	25,1	15,4	4,5
2003	55	22,2	18	4,8
2004	53,7	22,7	18,1	5,6
2005	52,4	25,4	16,9	5,3
2006	51,4	24,3	17,5	6,8
2007	49,6	24,9	19	6,5
2008	48,6	25	18,1	8,3

Fontes: SEI, 2009.

A indústria de transformação, apesar de ter perdido participação na indústria, contribuiu, no ano de 2008, com 48,6% do valor da transformação industrial e registrou crescimento de 1,7% em comparação com o ano de 2007.

Em 2009, a indústria de transformação baiana foi fortemente afetada pela redução da atividade econômica tanto no Brasil quanto no resto do mundo, como consequência da crise financeira internacional. Naquele ano, a indústria de transformação baiana registrou queda de 5,1% em comparação com o ano anterior. Em relação à produção física, as maiores quedas ocorreram no refino de petróleo e derivados (-14,3%) e na metalurgia básica (-17,0%). (SEI, 2010, p.39)

A estrutura da indústria baiana de transformação apresenta um forte grau de concentração nos gêneros químico e metalúrgico, devido a presença do pólo petroquímico e do Centro Industrial de Aratu.

O setor químico e petroquímico diminui sua participação, e o aparecimento de novos arranjos produtivos, a exemplo da indústria automobilística, passa a ser o segundo mais importante na estrutura industrial da Bahia.

Entre os gêneros que apresentaram maior impacto positivo destacam-se: refino de petróleo e produção de álcool (27,1%) em razão do aumento na produção de óleo diesel, óleo combustível e nafta para petroquímica; produtos químicos (5,0%), devido à maior produção de etileno e PVC.

A indústria configura-se uma alternativa boa para suprir redução de atividade econômica em outros setores, pela sua característica de empregar uma quantidade considerável de mão-de-obra.

Neste sentido, pode contribuir no combate à pobreza, pois é um segmento que pode ser mais bem desenvolvido se aliado a outras atividades econômicas, como a agrícola, ou de transformação final, para se ter um resultado significativo para diminuir a concentração de renda, aliada a redução da pobreza.

3 POBREZA NA BAHIA

É consenso que há muito tempo práticas econômicas foram confundidas com práticas sociais no estado baiano, que contrasta com uma realidade inaceitável diante da sua potencialidade econômica do estado e a busca de uma melhora na qualidade de vida de sua população.

A preocupação do estado baiano sempre esteve ligada a práticas econômicas setorializadas e à temática social sempre foi um tema obscuro e nem sequer evidenciado como um objetivo a ser buscado. A mudança do pensamento e a devida importância ao combate da pobreza e da miséria como elemento central de uma sociedade mais justa viria ocorrer somente a partir da década de 90 do século passado.

(...) na Bahia de então ainda não havia tomado corpo o compromisso de se moldar uma política social para o estado, costurada em figurino concertado e racional. Tentativas de construir-se algo nesse sentido dar-se-ão apenas nos anos 1990, em virtude do advento de um novo enfoque política luta contra a pobreza e a desigualdade social-e, *pari passu*, com a institucionalização de compromissos programáticos atinentes a tal finalidade. (BAPTISTA, 2002, p.4)

De acordo com Baptista (2003), o atual estágio de inserções de política social passou por etapas evolutivas que vão das políticas não explícitas, passando pelo período de dispersão até o foco na pobreza. O primeiro período compreende as décadas de 50,60 e 70 com aporte de políticas de não inclusão social, já a fase de fragmentação e dispersão de objetivos compreende os anos de 1980, com investimento em setores como educação e saúde.

A década de 90 foi o período que pela primeira vez o foco passou a ser a pobreza, seja por influências externas ou pela mudança de pensamento ou pela melhor condição administrativa por parte do aparato do estado.

Estes resultados se refletem em melhoras de indicadores como IDH, no qual o estado era apenas o 20º estado da federação para o ano de 1998 e passou para 16º em 2008 (CEPAL, OIT, PNUD, 2008).

Porém, quando comparamos a pobreza extrema baiana com a brasileira é que a magnitude do problema vem à tona, mesmo com as recentes alterações no estado baiano que de 2003 para 2009 basicamente reduziu pela metade a pobreza, conforme exposto no gráfico 01.

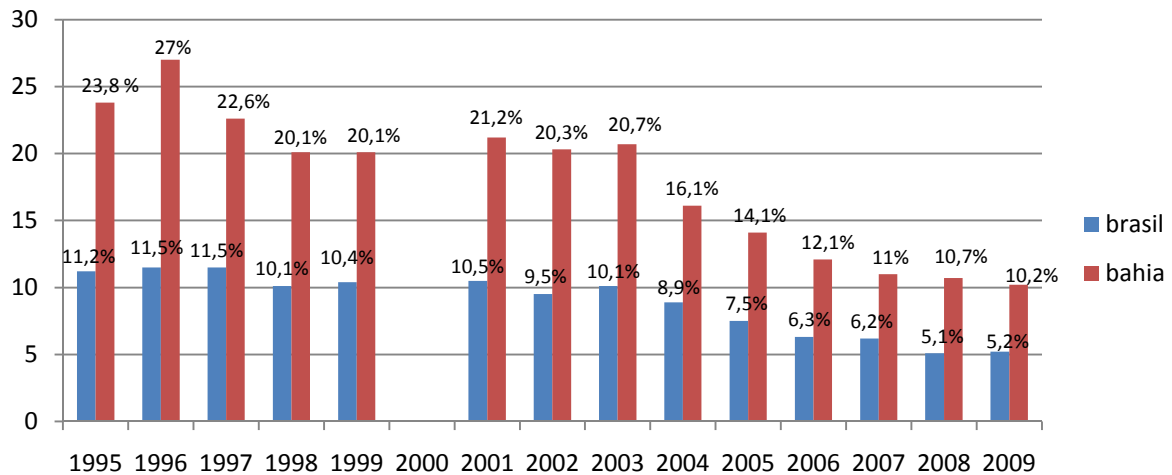


Gráfico 01 – pobreza extrema na Bahia-1995/2009

Fonte: IPEA, 2011

Esta mudança nos números pode ser justificada pela mudança de pensamento como também pela implementação de programas e projetos específicos. Dentre esses, podemos citar: Minha Roça, Moradia e Cidadania, Plano Emergencial para Moradores de Rua, Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente, Rede de Solidariedade e Cidadania.

Porém a porcentagem da população de pobreza extrema do estado é o dobro da brasileira, mostrando que há um longo caminho a ser percorrido e as causas da pobreza extrema no estado precisam ser revistas e tratadas de forma, mais enérgica.

A contradição entre crescimento e desenvolvimento econômico, que se torna cada vez mais evidente e que o próprio governo estadual já não esconde e procura incessantemente desfazer, merece cada vez mais exame e discussão na busca de soluções.

Ao analisar os dados do gráfico 02, verifica-se que a pobreza no estado baiano está centralizada principalmente entre a população jovem, com pouca escolaridade e ainda não inserida na PEA. Porém houve uma alteração de 2004 para 2009 entre todas as faixas etárias e um percentual praticamente nulo entre os mais de 65 anos, uma influência dos benefícios previdenciários.

O percentual da população em situação de pobreza extrema para faixas etárias de 0 a 14 anos indica que muitos indivíduos são criados em ambientes já em condição de pobreza, fato este que reflete nas outras faixas etárias como 15 a 24 anos, pois muitos têm de decidir entre trabalhar e estudar, isso quando encontram emprego, ou acabam se tornando vítimas de uma condição já imposta e não tem meios de alterar o status quo sem a presença efetiva do Estado.

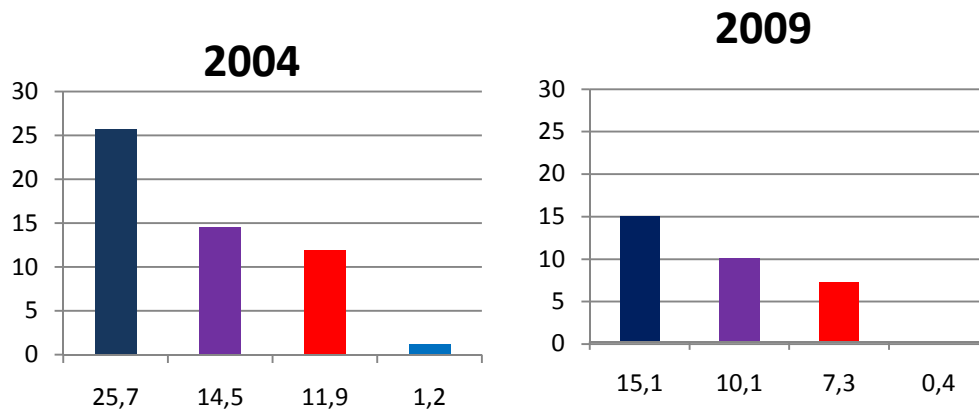


Gráfico 02-Extrema pobreza por idade - Bahia-2004/2009

Fonte: IPEA, 2011

Uma forte presença do Estado propicia condições para alterações significativas neste quadro. No curto prazo são necessárias políticas assistencialistas que prolonguem e dêem condições de uma melhor nutrição bem como meios de inserir essa parte da população no mercado de trabalho, pois se percebe que estes fazem parte de um grupo familiar que em que todos já se encontram nesta situação.

O que se aprende desta situação é que a partir do momento que a pobreza deixou de ser tratada como resquício de um crescimento econômico mal planejado e conduzido e passou a ser tratada como um problema de extrema magnitude para mudanças na sociedade e busca de melhor qualidade de vida de todos é que foram possíveis melhorias nos indicadores.

Dessa forma, ao se olhar a pobreza na Bahia sob a ótica da renda, observa-se que a taxa de indigência reduziu de 41,12% para 31,13% e a taxa de pobreza, de 67,04% para 55,32% entre 1991 e 2000. Ou seja, A melhoria observada na Bahia também ocorreu com os outros estados, o que praticamente não modificou sua situação relativa no país, pois, sob esse critério, continua sendo um dos estados mais pobres.No Brasil, a taxa de indigência era de 20,24% em 1991 e 16,32 em 2000(quase metade da baiana),enquanto a de pobreza era de 40,08% e 37,75% naquele período-(MACHADO,2006,p.7)

Deve-se esclarecer que a classificação aqui utilizada é a apresentada pelo do IPEA (2011), que define como extremamente pobres aqueles que ganham renda per capita de R\$40,00; como pobre aquele com renda de R\$102,00; como vulneráveis aqueles com renda de 256,00; e como não-pobres aqueles com renda de R\$1097,00.

Para aqueles na condição de extrema pobreza, a principal categoria é a dos produtores rurais seguidos dos inativos. Essas categorias apresentaram elevação entre os anos de 2004 a 2009, conforme apresentado na tabela 12.

Porém, houve diminuição nos números de extremamente pobres para as faixas de empregados formais, informais e empreendedores, refletindo as mudanças no mercado de trabalho e na faixa salarial. Já para aqueles que se encontra em condição de pobreza sua composição é também em sua maioria de produtores rurais e inativos.

Destaque para empreendedores e empregadores informais que aumentaram a sua participação de 2004 para 2009, indicando a precariedade de rendimentos daqueles que não encontram condições de serem inseridos no mercado formal de trabalho e que buscam meios para sobrevivência a partir de outras atividades não registradas, movimento este que se confirma com a diminuição dos pobres em empregos formais.

Já para parcela de vulneráveis, houve diminuição dos produtores rurais, dos empregadores e aumento dos empreendedores, dos empregados informais e dos desocupados, a mesma realidade vivenciada pelos pobres.

A diminuição dos produtores rurais nesta categoria pode ser justificada pelos aumentos nas categorias dos extremamente pobres e nos pobres.

As alterações nos não-pobres não foram significativa, alterações estas não positivas exceto para os empregos formais, informais, produtores agrícola. Isso representa pequenas, mas positivas mudanças na estrutura do mercado de trabalho.

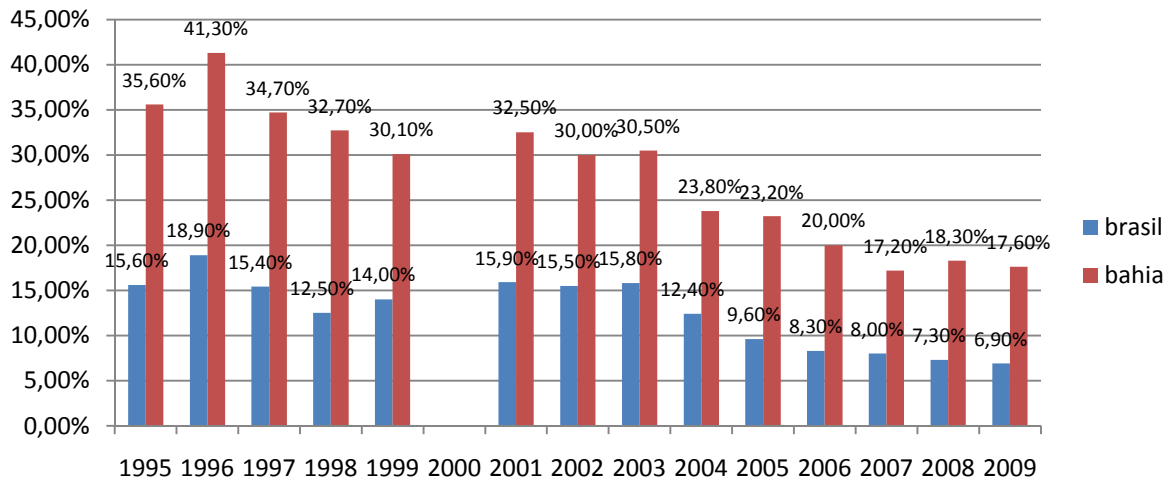
Tabela 12-Mercado de trabalho - Bahia-2004/2009

FONTE	Extremamente Pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Empregadores	0,1	0,3	0,4	0,5	1,4	1,2	8,1	6,0
Produtores agrícolas	28,9	34,0	21,8	22,6	14,7	11,4	3,6	5,1
Empreendedores	10,9	5,8	9,9	10,8	13,7	14,2	15,5	15,0
Empregados formais	1,6	0,2	9,8	66	22,4	22,4	38,1	41,1
Empregadores informais	19,3	16,0	24,4	7,0	20,2	23,2	10,6	11,5
Desocupados	12,4	14,4	8,9	8,6	6,2	6,6	4,5	4,0
Inativos	26,8	29,2	25,0	23,8	21,3	21,1	19,5	17,2
PIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PIA como % da Pop.	41,6	45,3	48,3	48,5	58,3	58,3	65,7	63,8

Fonte: IPEA, 2011

Outro fator importante que será exposto no gráfico 03 e verificado anteriormente é que grande parte da população pobre ou extremamente pobre se encontra nas zonas rurais.

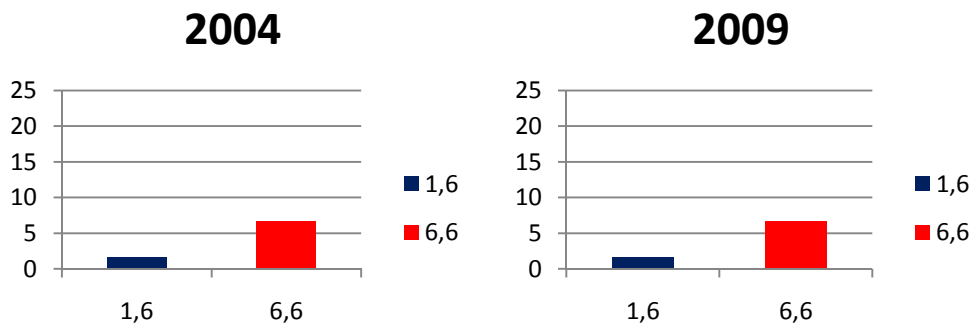
Pelos dados do gráfico 03, verifica-se que ambas as categorias rural e urbana apresentam alterações significativas de 1995 para 2009, porém a parcela da população rural pobre ainda é bem alta e muito maior que a urbana, o que mostra onde deve se concentrar os esforços governamentais.



Fonte: IPEA, 2011

Gráfico 03 –Pobreza extrema na Bahia urbana e rural-1995/2009

A incidência da pobreza extrema só confirma o argumento exposto no parágrafo anterior, com predomínio da rural sobre a urbana, mesmo que em ambas categorias tenha ocorrido diminuição, conforme o gráfico 05.



Fonte: IPEA, 2011

Gráfico 04- Incidência da extrema pobreza-Bahia-2004/2009

Com base no gráfico 05, pode-se afirmar o predomínio da pobreza extrema na zona rural e nos pequenos municípios. Mostra as deficiências e onde os esforços e investimentos públicos deverão se concentrar e como estes municípios e a população deste sofreram como o

modelo vivenciado pelo Estado baiano de concentração em poucos produtos agrícolas e industriais e, principalmente a concentração na RMS e nas regiões produtoras, em detrimento das outras sub-regiões do estado.

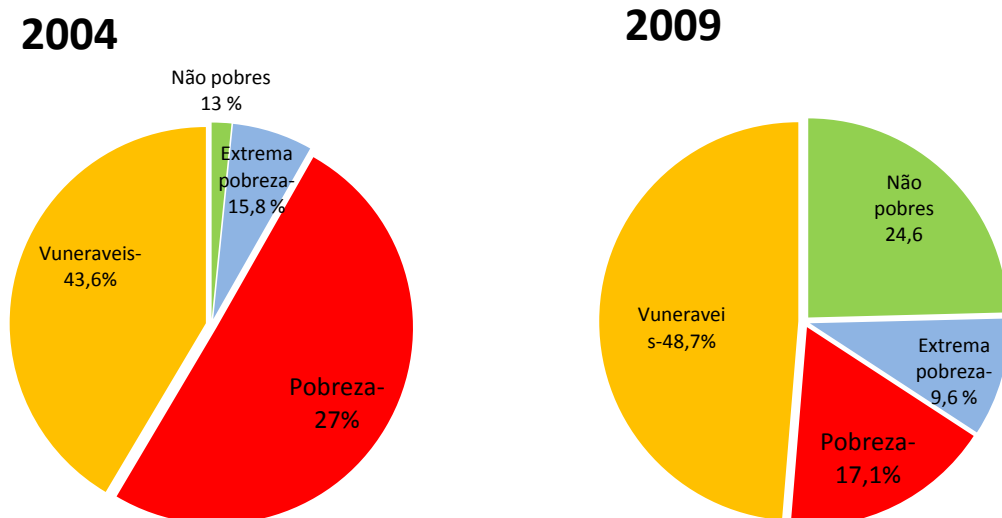
Pode-se verificar a evolução da pobreza no estado da Bahia, de 2004 para 2009, com a diminuição da pobreza e da pobreza extrema, aumento dos vulneráveis e dos não pobres.

Diminuição forte na extrema pobreza e na pobreza: juntas caíram quase 17pp. em 2009 as duas somaram 26,7% da população baiana, número ainda mais alto do que todo Brasil como um todo 14,1%. Neste ano, a Bahia era a 7 UF com maior incidências de pobreza. Devido ao seu tamanho, era a UF com maior número de pobres extremos. (IPEA, 2011, p.21)

O recente estudo do IPEA (2011) relata esta melhoria, pois os dados para pobreza extrema em 2004 eram de 27,6%, demonstrando a renda na Bahia neste período e o reflexo das políticas, até então empregadas no referido estado.

Já em 2009, o percentual da pobreza absoluta no estado passou de 27,0% para 17,1%, ainda alto. Ao analisarmos a estrutura demográfica, fica mais evidente a composição da pobreza e extrema pobreza no estado, bem como suas alterações neste curto espaço de tempo.

O que se percebe é que o número de moradores por domicílio entre os extremamente pobres passou de 5,1 para 4,3; o percentual de famílias com 4 ou mais crianças passou de 23% para 16% ,64% dos indivíduos em situação de extrema pobreza são pretos, pardos ou indígenas.



Fonte: IPEA, 2011

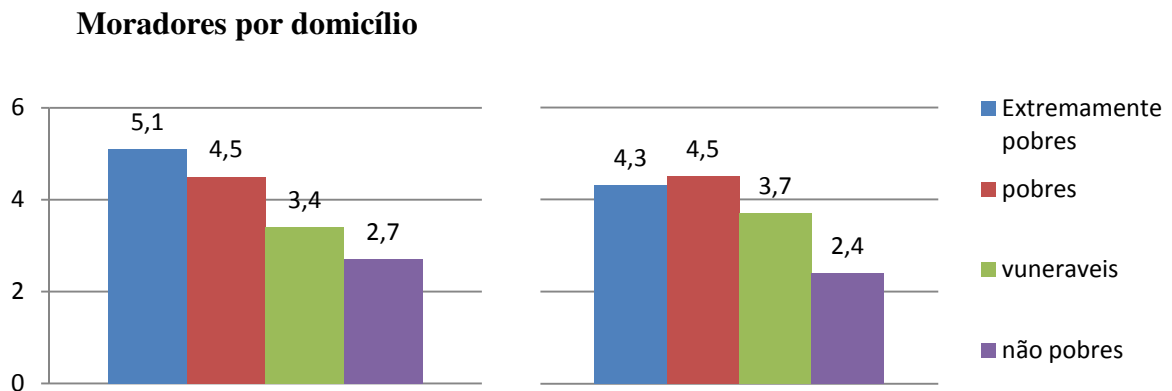
Gráfico 05 – Evolução da pobreza na Bahia-2004/2009

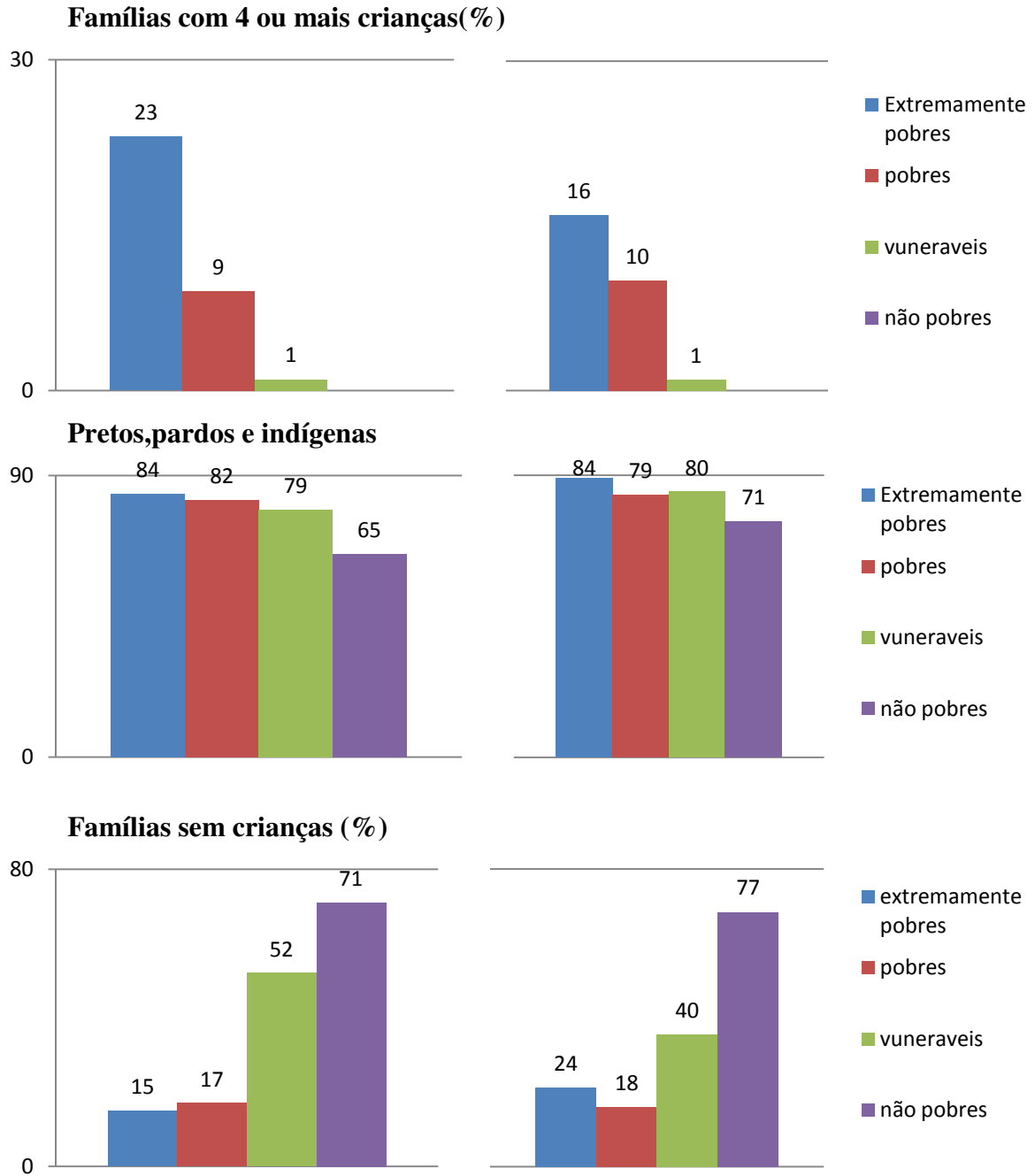
Em todos os aspectos houve alterações, mostrando mudanças na taxa de fecundidade com diminuição no número de crianças e indivíduos por domicílios.

Quando se analisa a pobreza, percebe-se que houve pequena variação no número de moradores por domicílio que passou de 4,6 para 2,5; há um aumento no número de famílias com 4 ou mais crianças que passou de 9% para 10%; já o percentual número de pardo, negros e indígenas passou de 82% para 79% e por fim o número de famílias sem crianças aumento de 17% para 18%, de 2004 para 2009.

O fato é que o aumento dos vulneráveis de quase 50% se deve a alterações nas outras classes, ou seja, extremamente pobreza que passaram para faixa dos pobres, os pobres que passaram para faixa de vulneráveis, sendo que a classe dos não pobres houve redução e aumento para classe dos vulneráveis.

Nos gráficos abaixo, observar-se-á que tanto os pobres como os extremamente pobres possuem uma taxa de fecundidade alta. Vale salientar que a maioria dessas populações são compostas por negros, pardo e indígena e percentual pequeno dessas famílias não possuem filhos.





Fonte: IPEA, 2011

Gráfico 06- Aspectos demográficos -Bahia-2004/2009

Os indicadores de previdência social e assistência social apresentaram mudanças significativas. A renda domiciliar per capita passou de R\$280,00 para R\$ 417,00 em 2009, e a taxa de extrema pobreza diminuiu de 21,2% para 10,2,% no mesmo período. Isso nos leva a concluir que a diminuição da pobreza está relacionada com o aumento da renda, tal argumento é corroborado pelo aumento verificado na participação das transferências de renda que passou de 22,5% para 27,5%.

Já a taxa de mortalidade infantil diminuiu consideravelmente, o que também foi

acompanhado pela diminuição da taxa de analfabetismo, o número médio de anos de estudo aumentou em 31% no período analisado. O saneamento básico também apresentou melhora em todos seus indicadores: o abastecimento adequado de Água e o esgotamento sanitário adequado, que aumentaram percentualmente de 2001 para 2009, 24% e 12% respectivamente.

Tabela 13 - Evolução da situação social no Bahia 2001-2009

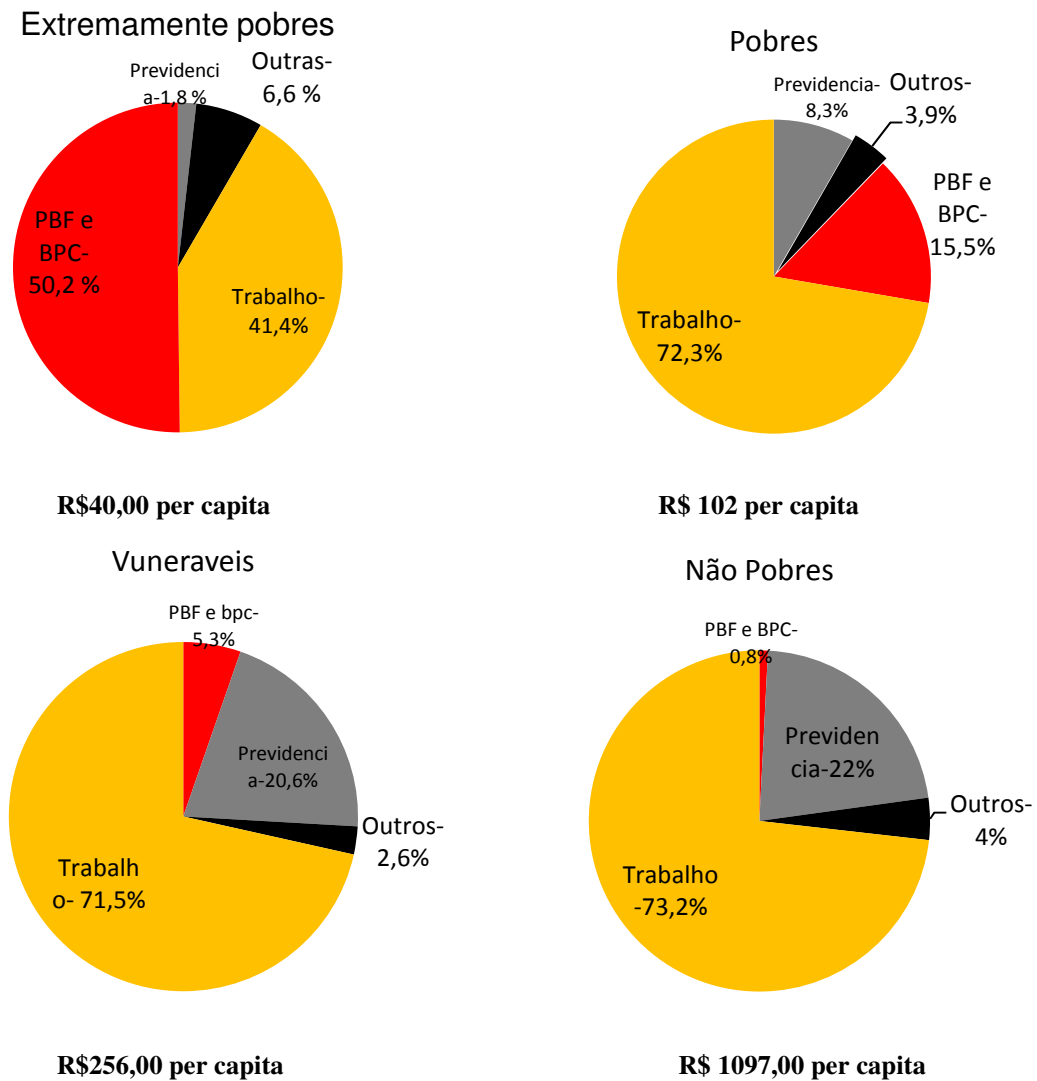
Áreas de atuação política	Indicadores	2001 (a)	2009 (b)	(b/a)
Previdência Social	Cobertura da Pop. Idosa (60 ou mais)	80,5	80,7	0%
	Esperança de vida aos 60 anos	21,5	22,0	2%
Assistência Social	Extrema pobreza (linha de R\$ 70,00)	21,2	10,2	-52%
	Renda domiciliar Per Capita	280	417	49%
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	35,4	26,3	-26%
	Taxa de homicídios Masculina (15 a 29 anos)	23,0	48,9	113%
Seguridade	Percentual da Renda com transferência	22,5	27,5	22%
Trabalho e Renda	Desemprego	10,1	9,3	-8%
	Rendimento médio do trabalho (salário)	507	625	23%
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	22,8	16,7	-27%
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	4,8	6,3	31%
Saneamento e Habitação	Abastecimento adequado de água	62,1	77,1	24%
	Esgotamento sanitário adequado	57,2	63,9	12%
Cultura	Internet no domicílio	3,5	17,1	387%
Rural	Cobertura da pop. Idosa (rural)	87,8	88,5	1%
	Extrema Pobreza (linha de R\$ 70,00) (rural)	30,5	17,6	-42%
	Renda domiciliar per capita (rural)	137,5	222,0	61%
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	192,8	247,6	28%
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	38,6	30,1	-22%
	Esgotamento sanitário adequado (rural)	15,8	23,0	46%
	Internet no domicílio (rural)	0,0	1,0	100%

Fonte: IPEA, 2011

A diminuição da pobreza extrema é reflexo também da diminuição da taxa de desocupados e do aumento do rendimento médio do trabalho, que passou de R\$ 507,00 para R\$ 625,00 de 2001 para 2009.

Ao verificarmos o gráfico 07, percebemos que a renda dos extremamente pobres é composta em sua maioria (50,2%) de rendimentos oriundos do trabalho. A participação das transferências de programas governamentais representava 41,4% da renda desse grupo.

Já para os pobres, esta situação melhora, pois 73,3% têm sua renda obtida de atividades relacionadas com trabalho e apenas 15,5% tem sua renda vinculada as transferências. Ambas as categorias possuem pouca influência dos recursos obtidos da previdência na composição da renda.



Fonte: IPEA, 2011
Gráfico 07 – Composição da renda- Bahia- 2009

A composição da renda dos pobres dos extremamente pobres evidencia que quem se encontra nesta situação busca meios de sair, haja vista o fato de mais de 50% da renda obtida por esses grupos serem oriundas do trabalho. No entanto, nota-se que este trabalho é muitas vezes insuficiente e mal-renumerado, o que nos remete ao argumento de grande concentração de renda no estado.

Analisando o índice de Gini calculado com base nos rendimentos de trabalho entre

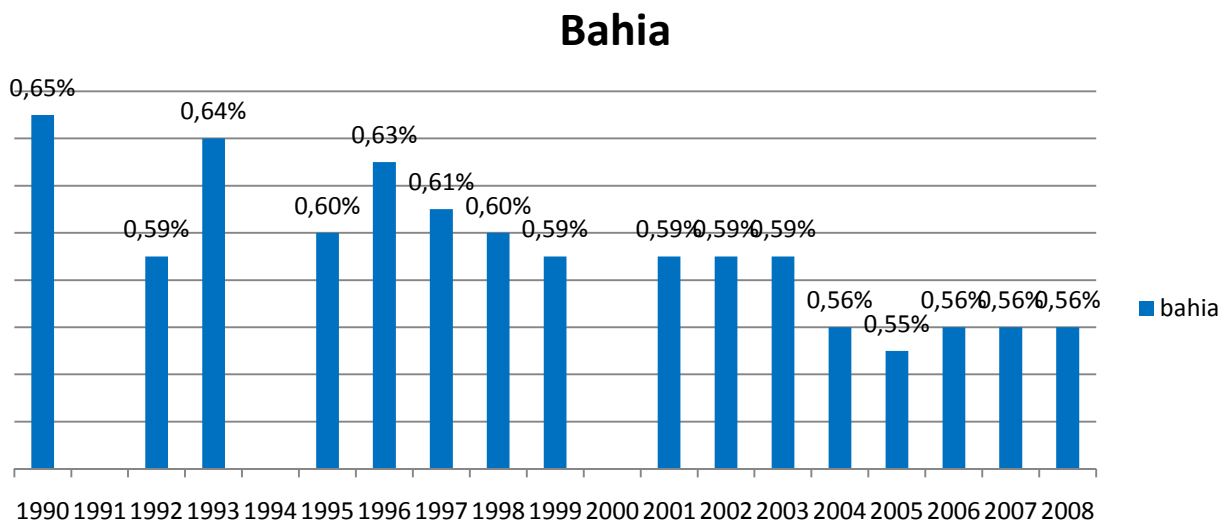
todos os ocupados percebe-se que a pobreza na Bahia tem uma íntima relação com a concentração de renda.

Renda per capita na Bahia cresceu **46%**, contra **28%** no Brasil como um todo. Em 2004, a renda na Bahia era equivalente a **57%** da média nacional; em 2009, **65%**. Em 2004, a Bahia era a UF com a **5ª** menor renda per capita; em 2009, tornou-se a **7ª** (IPEA, 2011, p.20).

De acordo com a IPEA (2011), há uma melhora para os índices de Gini calculados para o Estado da Bahia nos últimos anos, refletindo que a distribuição de rendimentos no estado melhora significativamente.

A concentração de renda no estado baiano ainda é elevada, mesmo com alterações consideráveis nos níveis de pobreza e nos indicadores sociais, o índice de concentração de renda apresentou poucas alterações, mostrando que para se obter resultados mais significativos devem-se atrelar políticas de combate à pobreza com políticas de desconcentração de renda, com mudanças na estrutura social e econômica do estado.

Em relação aos países da América do Sul, o índice de desigualdade baiano só se revela menos desigual que o do Paraguai, com índice de 0,55, e Bolívia, com Gini de 0,58. Mensurando a desigualdade de renda pela divisão do rendimento médio dos 10% mais ricos pelo rendimento médio dos 40% mais pobres, a Bahia é o 10º estado em desigualdade no Brasil e 7º no Nordeste. Nesta região, os 10% mais ricos recebem uma renda mensal 17,8 vezes maior do que os 40% mais pobres. Na Bahia, por sua vez, essa relação é de 14,7 vezes. Um número inferior ao do total do Brasil, cujos 10% mais ricos recebem 15,8 vezes mais do que os 40% mais pobres (NETO, 2006, p.9)



Fonte: IPEA, 2011

Gráfico 09 – Desigualdade na distribuição da renda - Bahia-1990/2008

De acordo com o gráfico 09, que o índice de Gini apresentou mudanças pouco expressivas e continua ainda na faixa de 0,55.

Segundo Neto (2009) o rendimento médio mensal, em termos de salário mínimo do período, é muito inferior na Bahia quando comparado ao Brasil: os 40% mais pobres na Bahia recebiam em média 0,5 salários mínimos por mês, ao passo que o mesmo grupo recebia 0,75 salários mínimos mensal no Brasil; os 10% mais ricos recebiam 7,3 salários mínimos mensais na Bahia e 11,9 no Brasil, para o ano de 2006.

As três unidades da federação cujos 10% mais ricos recebiam melhor, em termos de salário mínimo, são Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, onde os ocupados da classe mencionada recebem, em média, 22; 15,2 e 13,4 salários mínimos, respectivamente.

Os três estados onde os 40% mais pobres da população ocupada recebem menos são: Piauí, com média de 0,23 salários mínimos; Maranhão, onde recebiam 0,31 salários mínimos; e Ceará, com rendimento médio de 0,36 salários mínimos por mês (NETO, 2009).

Percebe-se que muito destes que saíram da extrema pobreza e passaram para pobreza contaram com as alterações na dinâmica de transferências governamentais, que praticamente mais do que dobrou em todas as regiões do estado. Entretanto ao se analisar a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres nota-se que houve aumento indicando que as transferências governamentais não alteraram significativamente a concentração de renda.

A forma como a contração de renda se reflete na sociedade baiana evidencia que a melhora ocorrida nos últimos anos deve-se muitos a programas governamentais de transferências de renda, porém os resultados apresentados pelo índice de Gini mostram poucas alterações. É preciso entender que a pobreza não será resolvida de forma rápida, sem mudanças na composição social, devido a tendência histórica que este estado possui de concentração de renda, sendo esta a causa principal da perpetuação e surgimento da pobreza.

Para combater a pobreza é preciso uma maior e melhor presença do Estado para romper com esta situação. No caso baiano, foi a partir do momento em que as políticas sociais passaram a ganhar importância que se verificou mudanças nos indicadores de pobreza no estado.

Porém, a economia ainda se mostra frágil e concentrada, carente de investimentos em infra-estrutura, principalmente nas áreas rurais, responsáveis pelo maior contingente populacional e maior incidência da pobreza. O modelo de crescimento econômico empregado favoreceu a concentração de renda, afetando a qualidade da vida a maior parte da população, que não tem condições financeiras de atender as suas necessidades básicas.

A própria situação de pobreza dificulta a busca para obter melhores rendas para sua subsistência, pois precisam lidar com doenças e uma dieta alimentar insuficiente, fatos estes que impedem a saída da condição de pobreza sem a presença do estado por meio de atuação direta para oferecimento de bens básicos com qualidade, como educação e saúde.

Assim as condições que geram a pobreza são na verdade as mesmas que fazem com que os indivíduos não tenham meios de sair dela. A desnutrição ou doença, a falta de escolaridade, a saúde precária são fatores que tornam os indivíduos menos suscetíveis a terem uma melhor qualidade de vida.

Sem a presença do estado, sem mudanças na estrutura social essa situação tende a permanecer, pois os indivíduos nesta situação não têm condição de ter maiores ganhos financeiros e de ir à busca alternativas para sair dela.

CONCLUSÃO

A abordagem monetária sobre a pobreza, explica que somente com crescimento econômico, é possível redução e até extinção da situação de pobreza.

Esta teoria é bastante limitada, pois não têm em seu arcabouço teórico outras variáveis que permitam mudanças significativas numa estrutura social.

No entanto, e relevante para se entender o que é a pobreza, uma situação de ausência ou carência de recursos ou necessidades que permitam ao indivíduo satisfazer suas necessidades mínimas, sejam elas alimentares, sociais, psicológicas e até mesmo da sua liberdade de escolha quanto ao seu futuro.

O crescimento econômico é importante para o combate à pobreza, porém não é a única maneira e nem isoladamente terá resultados significativos para mudança de uma estrutura social marcada por contrastes econômicos, como a vivenciada pela sociedade no estado da Bahia. Porém, afirma-se que sem crescimento econômico não é possível obter resultados expressivo na redução da pobreza.

O enfoque dado neste trabalho de analisar a recente história, tanto econômico como social do estado baiano, leva a conclusões acerca de sua realidade sobre a pobreza e quais melhores propostas para resolução deste dilema.

A realidade baiana aponta que a pobreza é caracterizada por uma situação de baixo desenvolvimento econômico no interior e nas regiões rurais, que sofrem com baixo dinamismo produtivo e poucas opções econômicas e com os efeitos concentradores da RMS e de outras poucas regiões com maior dinâmica produtiva. Tal nível de desenvolvimento deve-se a pouca integração regional e concentração de investimentos públicos, favorecendo a concentração de renda nas regiões de maior dinâmica econômica.

Este quadro é uma prova de que avanços foram conquistados no que se refere ao combate à pobreza, mas é preciso ampliar o alcance dos programas até então desenvolvidos e romper com este círculo vicioso de concentração, melhor mapeamento das áreas afetadas pela pobreza e principalmente políticas que alterem a estrutura de distribuição de renda, que se mostra como uma dificuldade a ser superada para melhores resultados no combate a pobreza.

A Bahia terá um longo e difícil desafio pela frente, saber conciliar uma economia maior com a necessidade de resolver questões fundamentais, como a uma melhoria na distribuição na renda e no combate mais eficiente à pobreza, um de seus principais problemas na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando. **O desenvolvimento do estado da Bahia nos últimos 50 anos, 2003**, A Revista de Desenvolvimento Econômico, Revista de Desenvolvimento Econômico / UNIFACS. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2. Ano 1, n. 1, (nov. 1998). – Salvador: DCSA2 / UNIFACS, 1998

ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. 415 f. Tese Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona.

BARROS, R.; HENRIQUE, R.; MENDONÇA R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: 2001, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, IPEA. Disponível em: <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1530.pdf>, acessado em :01/01/2011

BAPTISTA, Creomar; **BAHIA – Das Políticas Sociais Setorizadas ao Combate à Pobreza e às Desigualdades sociais**; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2003

CASTRO, Armando Affonso Neto de , **Recente queda da desigualdade de renda na BAHIA: uma decomposição do coeficiente de GINI para o período 2001-2006**; Revista Desenbahia nº 11 / set. 2009

CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e PNUD. Relatório publicado em 8 de setembro de 2008, G:\IDH (índice de Desenvolvimento Humano) para os Estados Brasileiros (2008)

CRESPO, A.; GUROVITZ, E. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. São Paulo: 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>, acessado em: 23/05/2011

COMIN, F.; BAGOLIN, I. P.; AVILA, R.; PORTO JUNIOR, S.; PICOLOTTO, V. C. **Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações: uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional**. Porto Alegre: PPGE/UFRGS, 2006.

IPEA, 2011, **pobreza Bahia 2004/2009**, disponível em: WWW.ipea.gov.br/portal/images/stories/110701_pobrezabahiaabraham.pdf, acessado em 28/08/2011.

IBGE- CENSO DEMOGRAFICO 2010. Disponível em: www.ibge.org.br. Acessado em 15/06/2011

GLASENAP, S; MARIM, S.R. OTTONELLI, J. **A administração pública e as diferentes medidas de pobreza.** Minas Gerais, Fórum Mundial de educação, 2010.

HOLANDA, M. C; GOSSON, A. M. P. M; NOGUEIRA, C. A. G. **O Índice de Gini como medida de concentração de renda.** IPECE, Nota Técnica, n. 14, 2010.

LACERDA, FERNANDA. Calasans. **A pobreza na Bahia sob o prisma Multidimensional.** Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia: 2009.

MACEDO, Joselita Nunes (SESAB/ISC); DERMARCHI, Joana Angélica Simão (SESAB) **Perfil do sistema da saúde na BAHIA,** Governo do estado da BAHIA .Secretaria da saúde do estado da BAHIA perfil, 2002, disponível em: <http://www.opas.org.br/servico/Arquivos/Sala5253.pdf>, acessado:14/04/2011

MACHADO, Kenys Menezes, **Uma comparação entre a renda e as abordagens multidimensionais da pobreza na Bahia,** II ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA – SET./2006

NORONHA, Kenya Valeria Micaela de Souza; ANDRADE, Mônica Viegas; **A importância da saúde como um dos determinantes da distribuição de rendimentos e pobreza no Brasil 2004;** disponível em:<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/pdf>, acessado em:15/03/2011

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil.** 3. ed. São Paulo: FGV, 2006.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI-Bahia **em números 2010.** Salvador: SEI 2011, Edição bilíngüe: português e inglês, Estatística - Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sócios da Bahia.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA –SEI- **Bahia em números 2009.** Salvador: SEI, 2010, Edição bilíngüe: português e inglês, Estatística - Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sócios da Bahia.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA -SEI - **Bahia em números 2008.** Salvador: SEI, 2009, Edição bilíngüe: português e inglês, Estatística - Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sócios da Bahia.

SILVA, A. **Um estudo sobre pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil.** Uberlândia, 2009. Disponível em :http://www.ie.ufu.br/mestrado/ie_dissertacoes/index.php, acessado em:15/01/2011

SOUZA, Nali de Jesus; **Desenvolvimento Regional**, 2009, São Paulo, Editora Atlas

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. **50 anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica.** Bahia Análise & Dados: Leituras da Bahia II, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

VINHAIS, H.; SOUZA, A. **Pobreza relativa ou absoluta?** A linha híbrida de pobreza no Brasil. São Paulo: 2006, disponível em:<http://www.ie.ufu.br/mestrado/dissertacoes/index.php>,acessado em:03/02/2011